



LC/BRS/R.165 /c.1
Janeiro de 2006
Original: português

CEPAL
COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE
Escritório no Brasil



DINÂMICA ESPACIAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Clélio Campolina Diniz

Índice

PRIMEIRA PARTE: O MAPA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL..	1
1. <i>Introdução: antecedentes históricos e o nível das desigualdades regionais no Brasil</i>	1
2. <i>Crescimento e distribuição regional da população</i>	5
3. <i>Metropolização e pobreza</i>	13
4. <i>Distribuição regional da produção industrial e suas tendências</i>	15
4.1. <i>A Região Metropolitana de São Paulo ampliada</i>	17
4.2. <i>A reaglomeração macroregional do centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul</i>	18
4.3 - <i>O crescimento industrial do Nordeste brasileiro</i>	21
4.4 - <i>Crescimento industrial nas regiões Centro-Oeste e Norte do país</i>	25
5. <i>Os três movimentos simultâneos da produção agropecuária</i>	26
5.1. <i>Expansão da produção extensiva nos cerrados</i>	26
5.2. <i>As transformações da fronteira intensiva</i>	30
5.3. <i>A agricultura irrigada do Nordeste semi-árido</i>	31
6. <i>O deslocamento da produção mineral: região Amazônica e petróleo no mar</i>	32
7. <i>Alcances e limites das políticas de desenvolvimento regional recente e em implantação</i>	34
8. <i>Conclusão: tendências e perspectivas do desenvolvimento regional brasileiro</i>	37
SEGUNDA PARTE: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E PARA UM MELHOR ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.	
1. <i>Inovação e desenvolvimento regional</i>	38
2. <i>Uma nova regionalização como base para análise e para a definição e implantação de políticas públicas</i>	41
3. <i>A integração nacional como imperativo para um Projeto de Nação</i>	44
4. <i>Novas centralidades urbanas como instrumento de coesão nacional</i>	50
5. <i>Repactuação institucional e o sistema de financiamento</i>	51
<i>Bibliografia</i>	48

PRIMEIRA PARTE: O MAPA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL

1. Introdução: antecedentes históricos e o nível das desigualdades regionais no Brasil

A herança colonial e escravista, as formas históricas de ocupação do território, a dimensão geográfica, as desigualdades naturais, a lógica econômica, as forças polarizadoras e a orientação da política econômica consolidaram um quadro de grandes diferenças econômicas e sociais entre as regiões brasileiras e fortes desequilíbrios no ordenamento do território.

Ao longo da história brasileira podem ser observados pelo menos três grandes períodos, com diferentes características da dinâmica regional e da configuração territorial. O primeiro, que vai do descobrimento até o século XIX, se caracterizou pela dispersão não integrada, formando um verdadeiro “arquipélago” econômico e populacional do território. Esse “arquipélago” decorreu da busca e identificação de oportunidades produtivas voltadas para inserção no comércio internacional, tanto na fase colonial, com exclusivo de comércio com a metrópole, quanto na fase de país independente e primário-exportador. São exemplos: a produção de açúcar no Nordeste, nos séculos XVI e XVII; de ouro em Minas Gerais, com extensões para Goiás e Mato Grosso, no século XVIII; de algodão, no Maranhão, no século XIX; de pecuária, no Rio Grande do Sul, desde o século XVI; de madeira e mate, no Paraná e Santa Catarina, desde o século XIX; de café nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, nos séculos XIX e XX; de borracha, na região amazônica, no final do século XIX e início do século XX.

A dinâmica de cada uma dessas atividades dependia das condições locais de produção, do mercado internacional e da capacidade brasileira de competir com outras regiões produtoras (Furtado, 1964; Prado Jr., 1964; Castro, 1975; Simonsen; 1944). Nos casos do nordeste e de Minas Gerais, seja como complemento ou suporte às atividades exportadoras, seja como alternativa à decadência produtiva do setor exportador e a dificuldade de diversificação produtiva, foram criadas amplas economias de subsistência. A manutenção e

ampliação da população baseados em economias de subsistência contribuiriam para o menor nível de desenvolvimento dessas regiões e para que, em etapas posteriores, essas regiões passassem a ser a fonte de grandes movimentos migratórios para as regiões do país que lograram uma melhor expansão econômica.

Dada a dualidade das bases produtivas, mercantil para fora e natural para dentro, esta última com produção para o autoconsumo, através do trabalho escravo ou da subsistência, não se criaram motivações para as trocas inter-regionais e para o desenvolvimento do sistema de transportes. Desse modo, cada região produtora se vinculou diretamente aos portos do Atlântico, com fraca ou inexistente integração entre si, dificultando a formação e desenvolvimento do mercado interno. Isto nos ajuda a explicar o vazio econômico e populacional de grande parcela do território brasileiro e a fraca integração produtiva com os países vizinhos, o que também perdura até os dias de hoje. Isto nos ajuda, também, a explicar a natureza da ordenação do território, com ocupação predominantemente costeira.

O segundo período se inicia na segunda metade do século XIX e vai até o final da década de 1960. Ele corresponde à formação de uma economia nacional, com diversificação produtiva, crescimento industrial e urbano e integração do mercado. Embora na primeira fase ainda predominassem atividades exportadoras, a ampliação do trabalho assalariado, a eliminação da escravidão, o desenvolvimento da infra-estrutura (ferrovias, rodovias, energia elétrica) e o crescimento da população, das cidades e das atividades urbanas propiciaram uma grande expansão da produção de bens e serviços voltados para o mercado interno, caracterizando uma paulatina transição de uma economia agro-exportadora e de subsistência para uma economia com predominância urbano-industrial. Essa transição, embora tenha induzido o crescimento urbano e de novas atividades em várias partes do território nacional (Castro, 1971; Singer, 1977), acabou por promover uma forte concentração econômica, inicialmente no Rio de Janeiro e, posteriormente em São Paulo, especialmente naquilo que viria a ser suas áreas metropolitanas. A partir da primeira Guerra Mundial, São Paulo

assumiu a liderança da economia nacional, estabelecendo as bases da integração do mercado e da divisão inter-regional do trabalho no Brasil, vinculando as demais regiões brasileiras como complementares ao pólo dinâmico, seja como mercado para os bens industriais paulistas, seja como fornecedoras de alimentos, matérias primas ou bens industriais intermediários (Mello, 1982; Dean, 1971; Cano, 1977, Silva, 1976; Diniz, 1981; Padis, 1981). Em 1970, entendido como o pico da concentração econômica e industrial, o estado de São Paulo, com 2,9% da área geográfica do país, participava com 39% do PIB e 58% da produção industrial, sendo que 44% desta estava concentrada em sua área metropolitana. Naquele ano, o PIB *per capita* do estado de São Paulo era de 2,1 vezes a média nacional, enquanto o do Nordeste era de 40% da média nacional e o estado do Piauí de apenas 22% da média nacional. Ou seja, o PIB *per capita* de São Paulo era de 9,5 vezes o do Piauí. Naquele ano, a taxa de analfabetismo, aqui utilizada como “*proxy*” do desenvolvimento social, que era de 17% no Rio de Janeiro e 19% em São Paulo, alcançava 54% para o Nordeste (Tabela 1).

No terceiro período, iniciado no final da década de 1960, ocorreu uma lógica desconcentradora do capital e da produção, em função do crescimento dos custos de produção nas grandes metrópoles (Rio de Janeiro e São Paulo), da expansão e integração da rede urbana da região centro-sul, da melhoria da infraestrutura no país, da busca de recursos naturais (fronteiras agropecuária e mineral), da competição entre capitais na busca de abertura ou controle de novos mercados. Desta lógica decorreram duas grandes tendências. Uma, levando à reconcentração macro-espacial da indústria e dos serviços mais modernos na grande macro-região que vai da metade de Minas Gerais à metade do Rio Grande do Sul, incluído o próprio alargamento da RMSP. A outra, pela emergência de várias macrorregiões complementares ao centro dinâmico da economia brasileira ou voltadas para a produção de “*commodities*” para o mercado internacional. Esta última corresponde à grande fronteira agropecuária das regiões Centro-Oeste e Norte e, mais recentemente, dos cerrados nordestinos, à produção mineral da Região Norte, à fruticultura irrigada do Nordeste, entre outros.

Essa última tendência foi fortemente influenciada pela construção de Brasília, pela preocupação geopolítica de integração nacional (“integrar para não entregar”), da qual decorreram o acelerado programa de infra-estrutura (transportes, energia elétrica e telecomunicações) e as políticas regionais para o Norte e Centro-Oeste, seguindo a política anteriormente implementada para o Nordeste.

Tabela 1

Brasil: Distribuição da Área Geográfica, PIB, População e Taxa de Analfabetismo, por Grandes Regiões e Estados

Regiões / Estados	Área	PIB		População		PIB/população (BR=100%)		Taxa de analfabetismo*	
		1970	2000	1970	2000	1970	2000	1970	2000
		Rondônia	2,8	0,1	0,5	0,1	0,8	84	64
Acre	1,8	0,1	0,2	0,2	0,3	43	49	52,7	23,1
Amazonas	18,5	0,7	1,7	1,0	1,7	68	102	37,2	15,3
Roraima	2,6	---	0,1	0,0	0,2	-	42	33,6	12,0
Pará	14,7	1,2	1,7	2,3	3,6	52	47	32,3	16,3
Amapá	1,7	0,1	0,2	0,1	0,3	81	57	33,6	11,2
Tocantins	3,3	---	0,2	---	0,7	-	32	---	17,2
Norte	45,3	2,2	4,6	3,9	7,6	57	61	37,0	15,6
Maranhão	3,9	0,9	0,8	3,2	3,3	28	24	59,5	26,6
Piauí	3,0	0,4	0,5	1,8	1,7	22	29	59,6	28,6
Ceará	1,7	1,5	1,9	4,7	4,4	32	43	55,4	24,7
Rio Grande do Norte	0,6	0,6	0,8	1,7	1,6	36	47	54,4	23,7
Paraíba	0,7	0,7	0,8	2,6	2,0	27	39	55,0	27,6
Pernambuco	1,2	3,0	2,6	5,5	4,7	54	56	49,7	23,2
Alagoas	0,3	0,7	0,6	1,7	1,7	41	36	60,9	31,8
Sergipe	0,3	0,5	0,5	1,0	1,1	52	48	53,4	23,5
Bahia	6,6	3,8	4,4	8,0	7,7	47	57	50,6	21,6
Nordeste	18,3	12,1	13,1	30,2	28,1	40	47	53,9	24,6
Minas Gerais	6,9	8,3	9,6	12,3	10,5	67	91	34,3	10,9
Espírito Santo	0,5	1,2	2,0	1,7	1,8	70	110	32,8	10,6
Rio de Janeiro	0,5	16,1	12,5	9,7	8,5	167	148	16,6	6,3
São Paulo	2,9	39,4	33,7	19,1	21,8	206	155	18,8	6,1
Sudeste	10,9	65,0	57,8	42,8	42,6	152	136	22,9	7,5
Paraná	2,3	5,5	6,0	7,4	5,6	74	106	31,0	8,6
Santa Catarina	1,1	2,8	3,9	3,1	3,2	90	124	18,9	5,7
Rio Grande do Sul	3,3	8,7	7,7	7,2	6,0	122	128	18,4	6,1
Sul	6,8	17,0	17,6	17,7	14,8	96	119	23,5	7,0
Mato Grosso do Sul	4,2	---	1,1	---	1,2	-	92	---	10,1
Mato Grosso	10,6	---	1,2	1,7	1,5	-	81	35,8	11,1
Goiás	4,0	---	2,0	3,2	2,9	-	68	35,6	10,8
Distrito Federal	0,1	1,0	2,7	0,6	1,2	173	224	17,0	5,2
Centro-Oeste	18,9	3,7	7,0	5,4	6,8	68	102	32,5	9,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100	33,0	12,8

Fonte: FIBGE

* população com idade superior a 10 anos.

Nos próximos itens deste trabalho se procurará analisar as características estruturais do desenvolvimento regional recente, de suas tendências e possíveis caminhos. Isto, com vistas à busca de alternativas que permitam combinar o desenvolvimento econômico com a redução das desigualdades regionais, com a sustentabilidade ambiental e com a inclusão social.

Ainda a título de introdução cabe mencionar as limitações das atuais regionalizações brasileiras para efeitos de análise regional. A divisão em cinco macrorregiões, por seu tamanho, diversidade e dinâmica interna diferenciada não permite uma visualização adequada para análise do desenvolvimento regional brasileiro. Neste sentido, Araújo (..) “ao analisar a economia do Nordeste começa questionando a identidade da região, expresso no próprio título do trabalho “Nordeste, Nordestes, que Nordeste?”. De forma semelhante, o recorte político-administrativo em estados federados peca pelos mesmos problemas. Um bom exemplo é o estado de Minas Gerais, que contém o Vale do Jequitinhonha e o Norte como as áreas mais atrasadas do Brasil e a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o sul do estado e o triângulo mineiro como áreas dinâmicas e em processo de modernização. Finalmente, não se pode, do ponto de vista prático, utilizar o recorte municipal, por seu grande número e pela perda de uma visão de conjunto. Decorre desse quadro a necessidade de uma nova regionalização para fins de análise e de implementação de políticas públicas.

2. Crescimento e distribuição regional da população

Entre 1950 e 2000 a população brasileira subiu de 52 para 170 milhões de habitantes, com previsão de se alcançar 200 milhões de habitantes por volta de 2012, embora a taxa de crescimento demográfico tenha caído de forma sistemática nas últimas décadas¹.

O crescimento populacional foi acompanhado de grandes mudanças em sua distribuição regional, em função das diferenças regionais de fecundidade, mas

¹ 3,1% na década de 1950, 2,9% na década de 1960, 2,5% na década de 1970, 1,9% na década de 1980 e 1,6% na década de 1990.

principalmente, pelos movimentos migratórios. A partir da segunda metade do século XIX e até meados do século XX os movimentos migratórios, originários do Nordeste e de Minas Gerais se dirigiam, predominantemente, à cidade do Rio de Janeiro e ao estado de São Paulo. Posteriormente, esses movimentos foram ampliados para as fronteiras agrícolas do Sul (Paraná), para o Centro-Oeste e Norte do país e, a partir da década de 1960 também para a cidade de Brasília. Como consequência, as participações do Nordeste e de Minas Gerais na população brasileira caíram de 47% e 20% por ocasião da primeira contagem demográfica feita no Brasil, em 1872, para respectivamente 28% e 11% em 2000.

Tomados os três últimos quinquênios dos três últimos decênios², observam-se algumas mudanças nos fluxos migratórios internos ao país, alterando a distribuição regional da população (Tabela 2). Em primeiro lugar, o Nordeste manteve seus saldos emigratórios, porém com alterações internas. Houve queda da emigração do Ceará e Rio Grande do Norte, em função da expansão econômica e geração de oportunidades de trabalho naqueles estados. No entanto, aumentaram os saldos emigratórios de Pernambuco, Alagoas e Bahia. Os dois primeiros pela crise econômica e pela falta de oportunidades de trabalho. O último pelo tamanho do estoque de população e pelo fato de estar sendo constituída uma estrutura econômica no estado com pequena demanda de trabalho (petroquímica, soja, celulose). Em segundo lugar, embora o estado de São Paulo continue tenha os maiores saldos imigratórios do país, estes foram reduzidos nos últimos quinquênios, em função da crise econômica, da redução das oportunidades de trabalho e do aumento do desemprego. Minas Gerais, onde havia saldos emigratórios positivos desde o século XIX, reduziu e depois inverteu o saldo, pela diversificação econômica no estado com expansão da agricultura dos cerrados e ampliação da rede urbano-industrial. A Região Norte reduziu seus saldos imigratórios, especialmente Rondônia e Pará, indicando perda de dinamismo ou

² Os censos demográficos apuram os residentes de 5 anos ou mais que migraram durante o último quinquênio. Uma estimativa mais precisa dos saldos migratórios é prejudicada pela inexistência de dados sobre as migrações para o exterior. Estima-se que na década de 1980 tenha emigrado do Brasil para o exterior mais de um milhão de pessoas. Carvalho ()

fechamento das fronteiras, dificuldades tecnológicas da agricultura de subsistência, adversidades climáticas e epidemiológicas. Na Região Sul o destaque foi para a queda do saldo emigratório, especialmente do Paraná, pela estabilização da estrutura produtiva de sua agricultura e pela diversificação econômica no estado. Por fim, a Região Centro Oeste também reduziu sua absorção de imigrantes, pelas características de alta intensidade de capital e tecnologia na agricultura e pelo fechamento da fronteira. O destaque, pouco explicado, é para o estado de Goiás que passou a receber um significativo número de imigrantes nos dois últimos quinquênios, enquanto Brasília tinha seus saldos reduzidos. Isto poderá estar indicando um alargamento do Distrito Federal, com o crescimento de cidades próximas, pertencentes ao estado de Goiás.

Tabela 2
 Brasil: Saldos e Taxas Líquidas de Migração quinquenais das Unidades da Federação,
 população de 5 anos e mais de idade: 1975/1980; 1986/1991 e 1995/2000.

UF	Saldos Migratórios Quinquenais*			Taxas Líquidas de Migração Quinquenais (%)**		
	1975/1980	1986/1991	1995/2000	1975/1980	1986/1991	1995/2000
Rondônia	148 968	- 92 471	12 773	36,76	-9,46	1,04
Acre	- 3 656	- 1 101	- 1 513	-1,49	-0,31	-0,31
Amazonas	11 043	16 147	34 044	0,95	0,90	1,40
Roraima	6 644	29 313	34 799	10,20	15,60	12,43
Pará	147 465	30 278	- 47 310	5,25	0,71	-0,87
Amapá	6 000	16 884	29 984	4,24	6,92	7,33
Tocantins	-	10 708	13 703	-	1,35	1,34
Região Norte	312 275	9 758	76 480	5,74	0,11	0,68
Maranhão	- 109 585	- 133 492	- 171 778	-3,33	-3,18	-3,46
Piauí	- 104 961	- 66 025	- 51 046	-5,89	-2,95	-2,01
Ceará	- 171 020	- 122 270	- 20 589	-3,81	-2,21	-0,31
Rio Grande do Norte	- 79 051	- 545	7 780	-4,88	-0,03	0,31
Paraíba	- 138 277	- 84 993	- 60 041	-5,89	-3,03	-1,93
Pernambuco	- 46 033	- 144 303	- 110 765	-0,88	-2,30	-1,56
Alagoas	- 29 894	- 51 380	- 70 818	-1,81	-2,36	-2,85
Sergipe	- 42 451	13 833	- 4 076	-4,44	1,06	-0,26
Bahia	- 149 368	- 280 734	- 261 855	-1,89	-2,69	-2,23
Região Nordeste	- 870 640	- 869 909	- 743 188	-2,97	-2,35	-1,74
Minas Gerais	- 231 252	- 102 026	50 103	-2,00	-0,73	0,31
Espirito Santo	- 6 360	45 065	36 442	-0,37	1,95	1,30
Rio de Janeiro	105 606	- 32 219	62 248	1,05	-0,28	0,47
São Paulo	1 137 061	769 741	397 930	5,17	2,70	1,18
Região Sudeste	1 005 055	680 561	546 723	2,22	1,21	0,83
Paraná	- 577 297	- 196 143	- 5 041	-8,74	-2,61	-0,06
Santa Catarina	16 982	47 153	67 778	0,54	1,17	1,39
Rio Grande do Sul	- 67 392	- 18 690	- 29 272	-0,98	-0,23	-0,31
Região Sul	- 627 708	- 167 680	33 465	-3,77	-0,85	0,15
Mato Grosso do Sul	37 931	23 749	- 2 473	3,24	1,51	-0,13
Mato Grosso	114 160	109 307	52 099	11,92	6,17	2,32
Goiás	- 34 517	112 547	207 059	-1,29	3,15	4,58
Distrito Federal	169 574	54 540	32 055	16,91	3,82	1,73
Região Centro-Oeste	287 148	300 143	288 740	4,94	3,60	2,75

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

* Diferença entre imigrantes e emigrantes do quinquênio. Obs. Há casos de pequeno saldo migratório, com MG e, em parte SP, mas com números grandes de imigrantes e de emigrantes.

** Saldo migratório do quinquênio dividido pela população enumerada ao final do quinquênio (população de 5 e mais anos de idade).

Por outro lado, o crescimento demográfico foi acompanhado de um rápido processo de urbanização, principalmente a partir do crescimento industrial e de seus impactos na renda e nos serviços urbanos e, por outro lado, pela mecanização e transformação tecnológica da agricultura e a conseqüente redução relativa de demanda de trabalho e pela fuga das precárias condições de subsistência em várias regiões do país. Por outro lado, o processo de urbanização é também compatível com as mudanças estruturais da economia, com a redução da importância relativa da agropecuária e da indústria no emprego e na renda, enquanto cresce o peso dos serviços, localizados preferencialmente nas cidades.

Entre 1950 e 2000 o grau de urbanização (percentual da população vivendo em cidades) subiu do patamar de 30 para 80 por cento³. De forma similar ao crescimento demográfico, o processo de urbanização ocorreu com forte diferenciação entre os estados e regiões brasileiras, sendo que em alguns estados o grau de urbanização superava os 95% (São Paulo e Rio de Janeiro), enquanto em outros ainda estava em torno de 50% (Maranhão e Pará) (Tabela 3).

O crescimento da população e o rápido processo de urbanização implicaram no aumento da rede urbana em geral e das grandes cidades em particular. O número de cidades subiu de 1889 em 1950 para 5.507 em 2000, em função da criação dos correspondentes municípios. Ao mesmo tempo houve rápido crescimento do tamanho das cidades, tendo o número de cidades com população acima de 50.000 habitantes subindo de 38 em 1950 para 124 em 1970 e 409 em 2000, das quais 202 com população superior a 100.000 habitantes, neste último ano (Mapas 1 e 2). Como muitas dessas cidades têm suas áreas urbanas contíguas a outras, amplia-se o tamanho das concentrações urbanas. Como conseqüência, existe hoje no Brasil 16 aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes cada, lideradas pelas mega metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, mas seguidas por várias outras (Tabela 4). Tal concentração

³ A medição do grau de urbanização traz algumas dificuldades conceituais sobre o que se entende por população urbana rural. Pelos critérios do IBGE, população urbana é aquela que vive em cidades e vilas. Ora, sabe-se que parcela da população vivendo em pequenas cidades e vilas está fortemente vinculada aos padrões de vida e às atividades rurais (agropecuária e ao extrativismo). José Eli

populacional, sem o correspondente crescimento da oferta de infra-estrutura física (moradias, saneamento, transporte público), social (educação, saúde, lazer), emprego e renda leva parte da população a viver em condições subumanas, em favelas ou outras formas precárias, onde prolifera a miséria, a degradação humana e o crime organizado.

Tabela 3
Brasil: Distribuição Regional da População e Grau de Urbanização
Em 1.000 hab.

Regiões/Estados	1950			2000		
	Hab.	(%)	G.U.	Hab.	(%)	G.U.
Rondônia	37	0,1	37,4	1.378	0,8	64,1
Acre	115	0,2	18,5	557	0,3	66,4
Amazonas	514	1,0	26,8	2.813	1,7	74,8
Roraima	18	0,0	28,3	324	0,2	76,1
Pará	1.123	2,2	34,6	6.190	3,6	66,5
Amapá	37	0,1	37,1	476	0,3	89,0
Tocantins	204	0,4	12,9	1.156	0,7	74,3
Norte	2.049	3,9	29,6	12.894	7,6	69,8
Maranhão	1.583	3,0	17,3	5.643	3,3	59,5
Piauí	1.046	2,0	16,3	2.841	1,7	62,9
Ceará	2.695	5,2	25,2	7.418	4,4	71,5
Rio G. do Norte	968	1,9	26,2	2.772	1,6	73,3
Paraíba	1.713	3,3	26,7	3.439	2,0	71,0
Pernambuco	3.396	6,5	34,4	7.912	4,7	76,5
Alagoas	1.093	2,1	26,2	2.819	1,7	68,0
Sergipe	644	1,2	31,8	1.782	1,1	71,4
Bahia	4.835	9,3	25,9	13.067	7,7	67,1
Nordeste	17.973	34,6	26,4	47.693	28,1	69,0
Minas Gerais	7.782	15,0	29,8	17.866	10,5	82,0
Espírito Santo	957	1,8	20,8	3.094	1,8	79,5
Rio de Janeiro	4.675	9,0	72,6	14.367	8,5	96,0
São Paulo	9.134	17,6	52,6	36.969	21,8	93,4
Sudeste	22.548	43,4	47,5	72.297	42,6	90,5
Paraná	2.116	4,1	25,0	9.558	5,6	81,4
Santa Catarina	1.561	3,0	23,2	5.350	3,2	78,7
Rio G. do Sul	4.165	8,0	34,1	10.182	6,0	81,6
Sul	7.841	15,1	29,5	25.090	14,8	80,9
Mato G. do Sul	309	0,6	36,7	2.075	1,2	84,1
Mato Grosso	213	0,4	30,2	2.502	1,5	79,4
Goiás	1.011	1,9	21,7	4.996	2,9	87,9
Distrito Federal	-	-	-	2.043	1,2	95,7
Centro-Oeste	1.533	3,0	25,9	11.617	6,8	86,7
Brasil	51.944	100,0	36,2	169.591	100,0	81,2

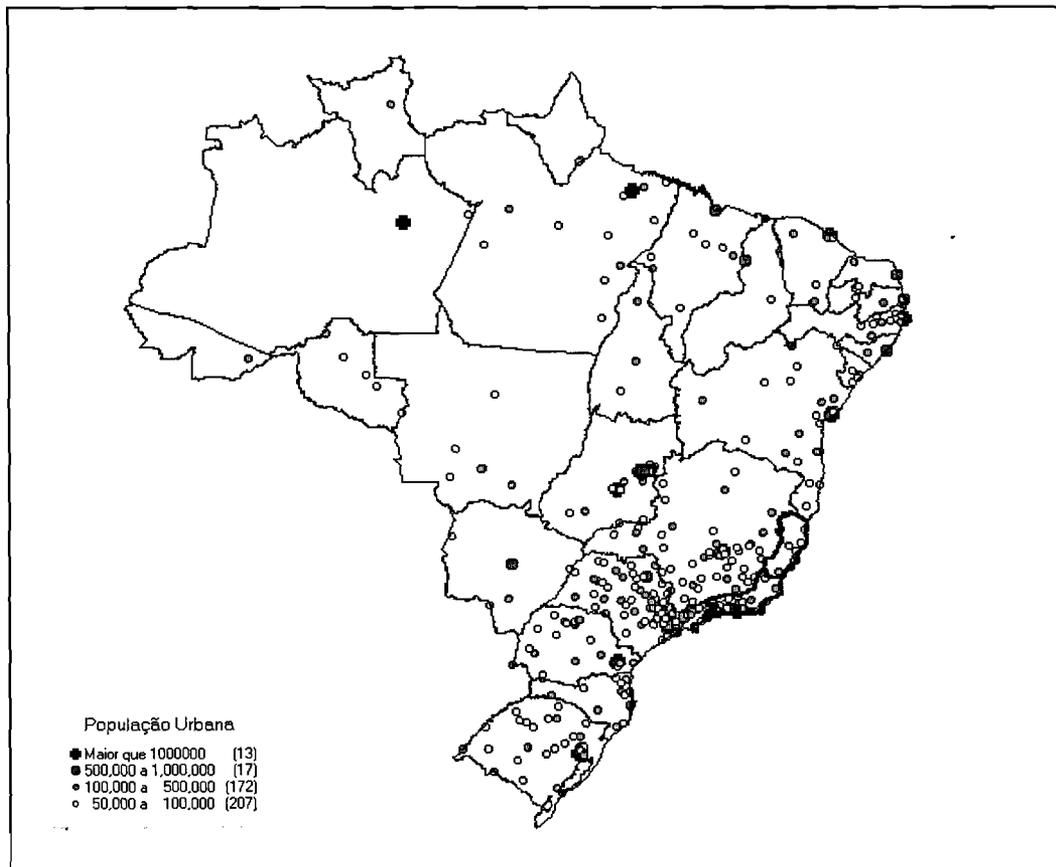
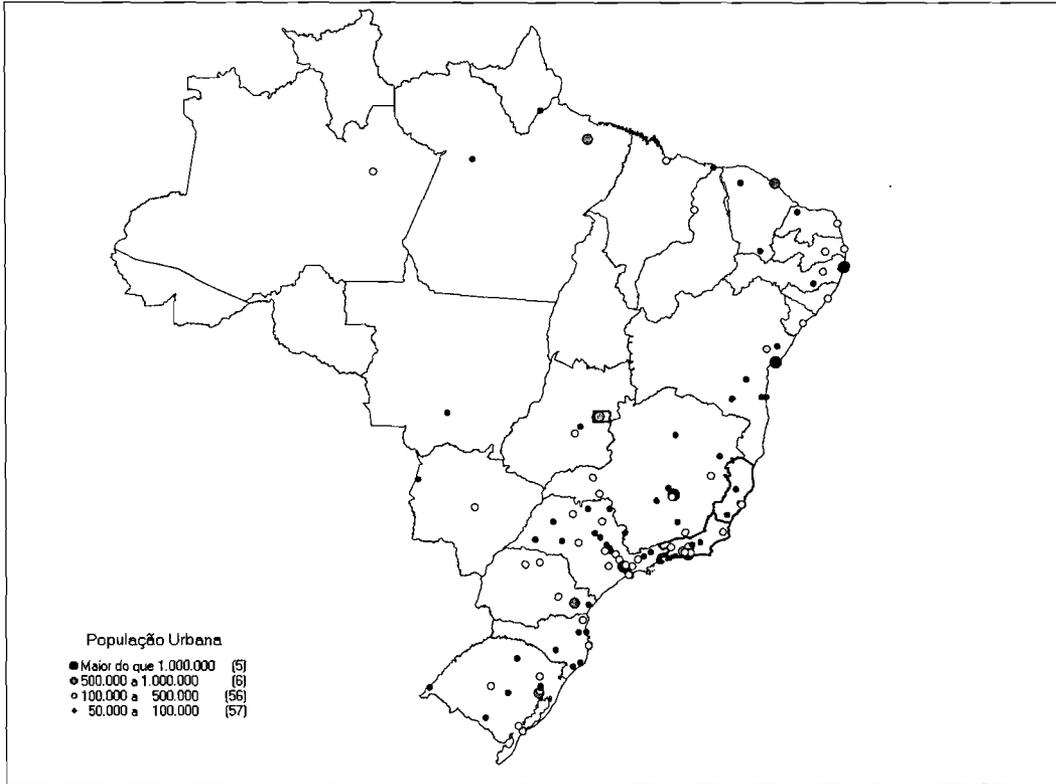
Fonte: IBGE: Censos Demográficos, vários anos.

A reconfiguração da rede urbana é o resultado e ao mesmo tempo determinante da nova geografia econômica do país. Como se pode observar no mapa 2, a rede urbana das regiões Sudeste e Sul, onde estão concentradas as maiores parcelas da produção e da riqueza, é a mais densa e integrada do país. A ampliação e melhoria do sistema de transportes e comunicações fortalecem a integração econômica dessa macro-região e reforçam o padrão macro espacial de concentração industrial e dos serviços. Em segundo lugar, observa-se o crescimento das cidades médias nas regiões agrícolas mais desenvolvidas, seja nas áreas consolidadas das regiões Sudeste e Sul, seja nas regiões de agropecuária extensiva dos cerrados e da franja amazônica.

Embora a rede urbana nas sub-regiões de agropecuária extensiva ainda seja dispersa e limitada em termos da oferta de serviços, esta vem apresentando grande dinamismo, em função da expansão econômica.

Ao contrário, no Nordeste a rede de cidades de porte médio é limitada,, prevalecendo a alta concentração em algumas capitais (Salvador, Recife, Fortaleza) e, secundariamente, nas demais capitais. Isto pelo baixo dinamismo econômico das regiões semi-áridas, à exceção das áreas irrigadas e mais recentemente dos cerrados. Assim, além de não se formar uma rede urbano-industrial e de serviços integrada, a grande concentração da população em poucas cidades agrava os problemas sociais decorrentes da falta de infraestrutura física e social, emprego e renda.

Mapa 1 e 2 – Rede Urbana com mais de 50 mil pessoas em 1970 e 2000



3. Metropolização e pobreza

As dezesseis aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes em 2000 (Tabela 4), continuam crescendo a taxas elevadas. As altas taxas de crescimento e o tamanho do estoque de população já existente levam a uma expectativa ainda mais dramática sobre o quadro social brasileiro. O maior exemplo é o da região metropolitana de São Paulo, com seus 17,8 milhões de habitantes em 2000 e um acréscimo anual de 250.000 a 300.000 habitantes por ano, ou seja, mais de 1 milhão de habitantes a cada quatro anos. A ela se acrescenta o grande colar formado pelas aglomerações urbanas de São José dos Campos, Campinas, Sorocaba e Santos, todas a menos de 100 km do centro de São Paulo, com crescente comutação diária de pessoas entre elas e formando uma superaglomeração de 25 milhões de habitantes.

Tabela 4
População e taxas médias anuais de crescimento das aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes em 2000

Especificações	População em 2000 em mil habitantes	Taxa Média Anual de Crescimento (%)			
		1970 's	1980 's	1990 's	1970 - 2000
São Paulo	17.834	4,5	1,9	1,6	2,6
Rio de Janeiro	10.872	2,4	1,0	1,1	1,5
Belo Horizonte	4.241	4,6	2,5	2,4	3,2
Porto alegre	3.508	3,8	2,7	1,6	2,7
Recife	3.332	2,7	1,9	1,5	2,0
Salvador	3.018	4,4	3,2	2,1	3,3
Fortaleza	2.843	4,3	3,5	2,3	3,4
Curitiba	2.718	5,5	3,0	3,2	3,9
Campinas	2.198	6,6	3,5	2,4	4,2
Brasília	2.043	8,2	2,8	2,7	4,6
Belem	1.795	4,3	2,9	2,8	3,3
Goiânia	1.675	6,2	3,6	3,1	4,3
Manaus	1.596	5,0	1,8	3,3	4,6
Baixada Santista	1.475	3,9	2,2	2,1	2,8
Vitória	1.337	6,2	3,8	2,6	4,2
São Luís	1.068	5,1	4,6	3,0	4,3
Sub-total	61.553	-	-	-	-
Brasil	169.591	2,5	1,9	1,6	2,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, vários anos.

Paradoxalmente, a construção do rodo anel de São Paulo, ao resolver os

problemas de estrangulamento de tráfego e facilitar a articulação entre São Paulo e seu colar metropolitano contribuirá para reforçar ainda mais a concentração regional. Este aspecto mostra as dificuldades de se compatibilizar a atuação das forças de mercado com as orientações das políticas públicas se se quer buscar um melhor equilíbrio regional e um melhor ordenamento do território brasileiro. Neste sentido, Diniz (1993) apontava para a conveniência estratégica de se vincular parcela do Centro-Oeste brasileiro ao Maranhão, e não com São Paulo como está sendo feito pela Ferronorte.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possivelmente em função da grave crise econômica e social e da imagem de violência, teve sua taxa de crescimento demográfica reduzida desde a década de 1980 para patamares da ordem de 1% ao ano. Essa taxa ainda é elevada considerando o tamanho da aglomeração urbana, as dificuldades econômicas e sociais do estado. Talvez os atenuantes estejam na expansão da produção de petróleo na bacia de campos e os projetos industriais do sul do estado que poderão contribuir para a criação de alternativas para a expansão econômica e geração de empregos, para o aumento da receita fiscal e, conseqüentemente, para a atenuação da grave crise social do estado.

As demais grandes aglomerações metropolitanas ainda mantêm altas taxas de crescimento demográfico. Embora menores, algumas delas alcançam patamares preocupantes, como é o caso de Belo Horizonte que se aproxima dos 5 milhões de habitantes, reproduzindo as mesmas características de falta de condições mínimas para grande parcela da população.

O caso das grandes metrópoles nordestinas (Salvador, Recife e Fortaleza) é ainda mais difícil, pelo menor nível de renda regional, pela menor escolaridade, pelas menores oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, pelo ainda maior drama social.

Ao concentrar a população, avolumam-se mais que proporcionalmente as necessidades de investimento em infra-estrutura física e social, demonstrando como a concentração urbana se transforma em um problema social.

Por outro lado, a forma de funcionamento do federalismo brasileiro abre um grande desafio na gestão metropolitana, pela ausência de uma instância político-institucional encarregada do planejamento e da gestão das políticas públicas já que cada município mantém sua autonomia financeira e administrativa.

4. Distribuição regional da produção industrial e suas tendências

As mudanças na distribuição regional da indústria brasileira nas últimas décadas indicam a combinação de quatro grandes tendências: perda da RMSP com ampliação do colar próximo; reconcentração macroespacial entre o centro de Minas Gerais e o nordeste do Rio Grande do Sul; expansão industrial no Nordeste e; surgimento de núcleos agro-minero-industriais no Centro-Oeste e Norte do país.

A reversão da concentração industrial se baseou na perda relativa da participação da área metropolitana de São Paulo na produção industrial do país. Entre 1970 e 2000 a participação desta na produção industrial do país caiu de 44% para aproximadamente 25%.

Na primeira fase, em um ambiente de crescimento acelerado, que prevaleceu na segunda metade da década de 1960 e ao longo da década de 1970, todos os estados cresceram, inclusive o próprio estado de São Paulo e sua área metropolitana. No entanto, a maioria dos estados, à exceção do Rio de Janeiro e Pernambuco, cresceu mais que São Paulo, permitindo um efeito generalizado de desconcentração industrial (Tabela 5). Essa desconcentração se fez não do ponto de vista absoluto, mas sim relativo, através do deslocamento dos novos investimentos para outras regiões. A partir da década de 1980, a crise econômica e as mudanças tecnológicas e organizacionais reduziram o movimento de desconcentração e provocaram um forte processo de reestruturação da indústria brasileira, sendo a RMSP a mais atingida, pelo seu tamanho e maior complexidade operacional. Tomando os dados da RAIS sobre a ocupação industrial, enquanto para o total do país a queda foi de 5.986 mil para 5.209 mil, entre 1986 e 2002, para a RMSP a queda foi de 1,78 milhões de trabalhadores para 912 mil, no mesmo período.

Tabela 5

Brasil: Distribuição do VTI e do Emprego Industrial, por Grandes Regiões, Estados e Áreas Metropolitanas Seleccionadas (em %)

Regiões / Estados	VTI		Emprego Industrial	
	1970	2000	1986	2002
Rondônia	0,0	0,2	0,2	0,5
Acre	0,0	0,1	0,0	0,1
Amazonas	0,3	3,0	1,3	1,2
Roraima	(---)	0,0	0,0	0,0
Pará	0,4	1,0	1,0	1,3
Amapá	(---)	0,0	0,1	0,0
Tocantins	---	0,1	---	0,1
Norte	0,8	4,4	2,6	3,2
Maranhão	0,2	0,5	0,4	0,4
Piauí	0,1	0,2	0,3	0,4
Ceará	0,7	1,3	1,7	3,0
Rio G. Norte	0,2	0,3	0,7	1,0
Paraíba	0,3	0,6	0,6	0,9
Pernambuco	2,2	1,8	3,4	2,6
Alagoas	0,4	0,5	1,0	1,4
Sergipe	0,1	0,4	0,5	0,5
Bahia	1,5	4,4	2,3	2,3
Nordeste	5,7	9,9	10,7	12,3
Minas Gerais	6,5	9,2	8,2	10,0
<i>RMBH</i>	2,3	-	---	
<i>Interior de Minas Gerais</i>	4,2	-	---	
Espírito Santo	0,5	1,7	1,3	1,4
Rio de Janeiro	15,7	8,6	10,2	5,9
<i>RMRJ</i>	12,4	-	8,1	
<i>Interior do Rio de Janeiro</i>	3,2	-	2,1	
São Paulo	58,1	42,0	45,5	36,2
<i>RMSP</i>	43,5	-	28,4	
<i>Interior de São Paulo</i>	14,6	-	17,0	
Sudeste	80,7	61,5	75,3	53,4
Paraná	3,1	5,7	4,6	7,9
Santa Catarina	2,6	5,8	5,6	8,0
Rio G. Sul	6,3	10,2	9,3	10,7
Sul	12,0	21,7	19,4	26,6
Mato G. Sul	---	0,5	0,4	0,8
Mato Grosso	(---)	0,5	0,4	1,2
Goiás	0,4	1,2	1,0	2,2
Distrito Federal	(---)	0,3	0,3	0,4
Centro-Oeste	0,8	2,5	2,1	4,5
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE, Censos Industriais 1970 e Contas Regionais, 2000.

RAIS/MTE, 1986 e 2000.

Obs: (---) Valor omitido afim de evitar identificação do informante ---Dado não existe

4.1. A Região Metropolitana de São Paulo ampliada

A Área Metropolitana de São Paulo perdeu participação relativa na produção industrial, mas reforçou seu papel de centro econômico nacional. As transformações estruturais em curso, a centralização financeira (bancos, corretoras e bolsas de ações, mercadorias e títulos); atividades comerciais; serviços educacionais e de pesquisa (universidades, institutos de pesquisa); serviços de consultoria e apoio (marketing, advocacia, auditoria, engenharia, consultoria econômica, informática); sedes empresariais; órgãos de representação econômica; transportes de cargas e passageiros; serviços de hotelaria e restaurantes; medicina avançada; atividades culturais e de lazer; escritórios de representação comercial, entre outras, reforçam a posição de São Paulo como a grande metrópole brasileira e principal base de integração econômica à rede de metrópoles mundiais.

Por outro lado, a integração da RMSP com as regiões de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos, com possibilidade de comutação diária por via terrestre, com população estimada de 25 milhões de habitantes, participando com cerca de 60% da ocupação industrial, reforça a importância econômica e estratégica desta mesorregião dentro da economia brasileira (Diniz e Diniz, 2003).

Os municípios de Campinas e São José dos Campos possuem uma das mais avançadas infra-estruturas de ciência e tecnologia do país. Além de importantes universidades (UNICAMP e ITA, entre outras), elas possuem um conjunto de instituições de pesquisa (CPqD, LNLS, IAC, CTA), amplo mercado de trabalho especializado, infra-estrutura física, inclusive com o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. Possuem também importante base industrial, com grande presença de empresas multinacionais e brasileiras intensivas de tecnologia, a exemplo da Embraer, em São José dos Campos, IBM, Compaq, Rhodia, em Campinas, entre outras (Diniz and Razavi, 1999). Essa região possui, portanto, boas condições para o desenvolvimento industrial e dos serviços nos segmentos tecnologicamente mais complexos e sofisticados.

Levantamentos realizados por Tolosa (2002), considerando os investimentos programados em 37 atividades privadas, para o período 1995-2000, concluiu por um volume de investimentos de US\$33 bilhões para a RMSP⁴, US\$16 bilhões para a região de Campinas e US\$11 bilhões para a região de São José dos Campos, perfazendo um total de US\$59 bilhões, demonstrando a força polarizadora de São Paulo e de suas regiões próximas.

Em adição à massa de investimentos privados, está sendo feita em São Paulo a maior obra de infra-estrutura do país, que é o anel rodoviário de São Paulo (Rodoanel), com extensão aproximada de 200 km e investimento estimado em US\$5 bilhões. Esse anel corta os grandes eixos viários que saem da cidade de São Paulo e facilitam a integração direta entre Santos, Sorocaba, Campinas e São José dos Campos e tem uma justificativa com efeito paradoxal. Está sendo feito para resolver os problemas de tráfego e congestionamento no município de São Paulo. No entanto, ao resolver os problemas de congestionamento, o anel reforçará a concentração, ampliando a megaconcentração populacional e econômica desta mesorregião ou cidade-região.

4.2. A reaglomeração macrorregional do centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul

O processo de desconcentração relativa da indústria se conjugou com a formação de uma ampla rede urbano-industrial nos estados das regiões Sudeste e Sul (Mapas 3 e 4) e mais especificamente dentro daquilo que Diniz (1993) denominou de "polígono industrial", representado pela área contida dentro da figura cujos vértices são: Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Porto Alegre, Florianópolis, São José dos Campos e Belo Horizonte. Nesta área estão sendo desenvolvidas as indústrias com maior capacidade de integração interindustrial, representadas pelas indústrias metal-mecânica, eletroeletrônica e química. Estas indústrias, por possuírem fortes e diversificadas ligações interindustriais geram

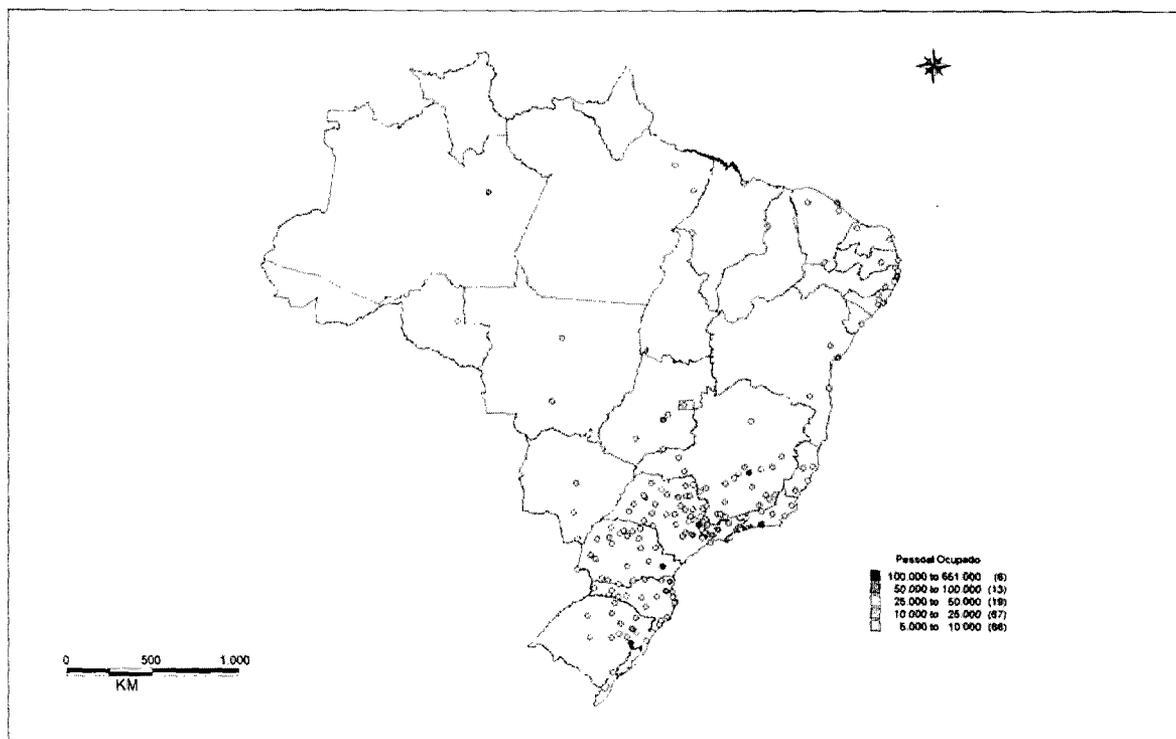
⁴ Segundo Comin et al (2003), deste total US\$28 bilhões estariam no município de São Paulo.

redes ou teias de relações densas e diversificadas, impondo um padrão locacional fortemente influenciado pela proximidade ou vizinhança com outras indústrias e com centros urbanos dotados de serviços modernos, os quais geram economias externas e de aglomeração.⁵

Neste sentido, o novo padrão locacional do núcleo duro da indústria e das indústrias de tecnologia avançada (micro-eletrônica, informática, telecomunicações, química fina, biotecnologia), combinará o crescimento das metrópoles de segundo nível e suas periferias (Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre) e cidades médias, com predominância daquelas localizadas nas regiões Sudeste e Sul e mais especificamente no polígono mencionado. Esta hipótese confirma a tendência de uma reaglomeração macroespacial da indústria nessa região, combinando a mudança de funções da metrópole primaz de São Paulo, sem eliminar sua capacidade de polarização. Neste sentido, entre 1970 e 2000, a participação dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, excluía a Área Metropolitana de São Paulo, na produção industrial brasileira foi ampliada de 33% para 48%. Isto demonstra que embora esteja havendo crescimento industrial nas demais regiões do país, não se pode esperar, pelo menos no curto e médio prazos uma mudança no padrão macroespacial da indústria brasileira.

⁵ Este tem sido um tema recorrente na literatura sobre desenvolvimento regional e padrões locacionais da indústria, desde a concepção de distritos industriais, por Marshall, no final do século XIX, pela contribuição de Weber no início do século XX sobre o papel dos custos de transporte e das economias de aglomeração, pelas análises de insumo- produto e complexos industriais no pós Segunda Guerra (Isard, 1960) e , novamente, em tempos recentes com distintas denominações: novos distritos industriais (Harrison, 1992), complexos industriais (Prado, 1981), parques tecnológicos (Ruger & Goldstein, 1991), conglomerados regionais (Piore e Sabel, 1984), redes de firmas e indústrias, distritos e "milieus" inovativos (Bergman, Maier e Todtling, 1991), aprendizado coletivo e regiões inovativas (Keeble et al. 1998), ou mesmo modelos formais de retornos crescentes e "clusters" (Fujita, Krugman, Venables, 1999).

Mapa 3 – Microrregiões Geográficas com mais de 5 mil empregos industriais em 2002



Além da RMSP e seu colar, dentro das regiões sudeste e sul e, mas especificamente no polígono estabelecido por Diniz (1993) se destacam a formação de novas aglomerações mesorregionais - que combinam uma ou mais microrregiões de certa magnitude, com desempenho industrial positivo nos últimos anos - e condições locacionais favoráveis. Entre elas, e seguindo a ordem geográfica, destacam-se:

- a) mesorregião de Porto Alegre, Caxias do Sul, Gramado e Canela;
- b) mesorregião do litoral catarinense e Vale do Itajaí (Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville);
- c) mesorregião de Curitiba, com possível extensão até Ponta Grossa;
- d) mesorregião de Londrina, Apucarana e Maringá;
- e) extensão da mesorregião do Vale do Paraíba Paulista (São José dos Campos, Taubaté), com possível extensão para o Vale do Paraíba fluminense (Resende, Volta Redonda, Porto Real);

- f) extensão da mesorregião de Campinas (Piracicaba, São Carlos, Araraquara e Moji Guaçu);
- g) mesorregião de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto Franca;
- h) mesorregião do sul de Minas Gerais (Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, Itajubá, Poços de Caldas);
- i) mesorregião de Belo Horizonte (RMBH, Conselheiro Lafaiete, Sete Lagoas, Divinópolis, Itaúna);
- j) mesorregião do Triângulo Mineiro-Sul de Goiás (Uberaba, Uberlândia, Catalão);

4.3 - O crescimento industrial do Nordeste brasileiro

A indústria nordestina, que vinha em processo de perda relativa ao longo dos anos, teve essa situação revertida, ampliando sua participação na produção industrial brasileira de 5,7% para 8,3% entre 1970 e 2000.

O fator decisivo para essa reversão foi a política de desenvolvimento regional capitaneada pela SUDENE, a qual combinou o sistema incentivos fiscais com a expansão e melhoria da infra-estrutura e com um melhor diagnóstico da realidade regional da indústria. Esses elementos foram conjugados com oferta de trabalho barato, insumos e facilidades locais e o “lobby” político de alguns estados (Diniz e Basques, 2004).

Além da importância e do papel exercido pelo pacote de projetos industriais, financiados pela SUDENE a partir da década de 1960, da decisão de construção do pólo petroquímico de Camaçari e de outros projetos com apoio de empresas estatais, na última década começou a ser divulgada a transferência das indústrias têxtil, confecções e de calçados dos estados da região Centro-Sul para os estados nordestinos, especialmente para a Bahia e Ceará. Destaque especial foi dado pela conjugação da crise da indústria de calçados no Rio Grande do Sul e a transferência de várias unidades para o Nordeste, a exemplo da Grendene para Sobral (Ceará) e da Azaléia para Itapetinga (Bahia). No que se refere à indústria

têxtil e de confecções grupos empresariais da região Centro-Sul construíram várias unidades no Nordeste, a exemplo da Vicunha, Coteminas, entre outros.

O Ceará combinou a transferência de unidades produtivas de outros estados com o crescimento das empresas locais, em uma nova articulação entre o poder político e a ascensão da nova elite empresarial cearense (Abu-El-Haj, 1997; Coimbra e Rosa, 1999). Para estes autores, no entanto, os fatores decisivos da localização industrial foram incentivos fiscais e trabalho barato.

Embora importantes em termos de geração de emprego e renda, essas indústrias têm uma fraca integração produtiva local, tanto para trás quanto para frente. As matérias-primas são poucas, uniformes e de fácil transporte, a maioria importada de outras regiões do país. Como a indústria nordestina está, em geral, orientada para a produção bens de consumo final, não durável, também não geram efeitos interindustriais para frente. Assim, embora importantes, essas indústrias não possuem capacidade de integração interindustrial regional que possa induzir a criação de grandes e diversificadas aglomerações industriais. Seus impactos locais se resumem aos empregos e a renda gerada e seus efeitos multiplicadores sobre a demanda de consumo. Na região de Fortaleza, no entanto, o volume de empresas e empregos criados poderá criar externalidades (qualificação profissional, escala, capacidade de gestão, marketing etc.) que assegurem a reprodução ampliada do parque industrial. Adicionalmente, a possibilidade de atração de novos investimentos para o complexo portuário do Pecém poderá contribuir para ampliar o parque industrial de Fortaleza e seus arredores.

No caso baiano, a expansão industrial foi fortemente influenciada pela instalação e ampliação do pólo petroquímico através da combinação de um tripé (capital público federal, capital estrangeiro e capital privado nacional), decidido politicamente pelo governo federal sob as bênçãos da Petrobrás. A este projeto veio se juntar a força política do governo baiano na atração da nova unidade da Ford (automotiva) e de outros projetos, a exemplo da indústria de papel no sul do estado e da própria atração da indústria de calçados.

Como consequência da expansão industrial recente do Nordeste, o estado do Ceará aumentou sua participação no valor agregado da indústria do Nordeste de 13% para 21% e a Bahia de 27% para 44%, entre 1970 e 2000. No mesmo período o estado de Pernambuco teve sua participação reduzida de 38% para 14%. Neste caso, a perda pode ser explicada por uma combinação de fatores. Em primeiro lugar, pela crise recorrente da indústria sucro-alcooleira pernambucana, a qual vem enfrentando a concorrência com a produção de outras regiões do país. Em segundo lugar, pelas características do parque industrial pernambucano, baseado em filiais de empresas estrangeiras e de outras regiões do país, implantadas nas décadas de 1960 e 1970, baseadas nos incentivos regionais. Por ser a capital mais desenvolvida, à época, lá se instalaram unidades produtoras de bens de consumo e de insumos de uso generalizado para abastecer ao mercado regional (nordestino). Essas indústrias são diversificadas, porém não integradas e não se criaram relações interindustriais locais fortes capazes de gerar externalidades e economias de aglomeração. Em terceiro lugar, o desenvolvimento da infraestrutura criou alternativas locais nas demais capitais do nordeste que passaram a concorrer com Recife na atração de novos investimentos.

Além de Salvador, Recife e Fortaleza, a política de desenvolvimento para o Nordeste, o desenvolvimento da infra-estrutura e a ampliação da escala urbana em várias outras cidades e localidades criaram uma rede de centros industriais com características diversificadas. Considerando apenas as microrregiões que possuem mais de 5.000 pessoas ocupadas na indústria, essas microrregiões subiram de 10, em 1970, para 26 em 2000, as quais representam 81% do emprego industrial da região Nordeste naquele ano.

Essas aglomerações industriais, constantes do Mapa 3, podem ser assim caracterizadas:

- a) centros industriais e base urbana de dimensão média e em expansão: Aracajú, Maceió, João Pessoa, Natal, Teresina, São Luiz e Campina Grande;

- b) áreas industriais diversificadas de menor dimensão e com maiores limitações da base de serviços urbanos: Ilhéus - Itabuna, Feira de Santana, Caruaru;
- c) áreas açucareiras: Carpina, Palmares e Itamaracá (mista), em Pernambuco, Atalaia e São Miguel dos Campos, em Alagoas.

Os centros industriais em base urbana de dimensão média, representados pelas cidades de Aracajú, Maceió, João Pessoa, Natal, Teresina e Campina Grande passaram a atrair investimentos em setores industriais leves, especialmente nos segmentos de têxtil, confecções, calçados e produtos alimentares. Elas passaram a concorrer com as grandes capitais nordestinas na atração de investimentos em função da melhoria da infraestrutura e da oferta de serviços, de boas condições habitacionais e de menores custos de congestão e, portanto ainda menores salários (Diniz e Basques, 2004).

O caso de São Luiz é distinto. Deslocada geograficamente do chamado nordeste tradicional, o crescimento da cidade está sendo proporcionado pelos impactos da ferrovia que a liga a Carajás, pelo movimento de exportações (minério, produtos siderúrgicos, grãos) e pelos investimentos atraídos por essa infra-estrutura e pela base exportadora lá montada.

Adicionalmente, novas localidades estão tendo embrião de crescimento industrial vinculado ao desenvolvimento da base agropecuária e da criação de vantagens locacionais para a indústria. Além das cidades pólos dos projetos de irrigação (Petrolina/Juazeiro e Mossoró/Açu), a fronteira extensiva de grãos nos cerrados poderá facilitar a implantação de agroindústrias em localidades como Imperatriz (MA), Barreiras (BA), Balças (MA), Uruçuí (Pi), entre outras. Finalmente, localidades com tradição artesanal poderão ser tomadas como focos de modernização e expansão industrial com vistas ao aumento de sua eficiência. São exemplos claros, São Bento (PB)-Caicó (RN), com produção de redes e bonés, Santa Cruz do Capibaribe/Toritama (PE), com produção de confecções populares, Pesqueira (PE), com produção de rendas, dentre outras.

vem formando entre Goiânia e Anápolis com o desenvolvimento da indústria de produtos farmacêuticos e veterinários. Considerada a expansão agropecuária na ampla faixa dos cerrados e na franja amazônica não resta dúvida de que Goiânia e Anápolis possuem excelentes vantagens locais para o desenvolvimento industrial nos segmentos vinculados à jusante e à montante da agropecuária.

Além dessas cidades, nos últimos anos vêm sendo implantadas várias agroindústrias na região dos cerrados. Podem ser mencionados Campo Grande, Iguatemi e Dourados, no Mato Grosso do Sul, Sinop, Cuiabá e Rondonópolis, no Mato Grosso, Rio Verde e Itumbiara, em Goiás, além da implantação de várias indústrias na periferia de Brasília. Adicionalmente, cabe mencionar os novos centros urbanos e agroindústrias que estão surgindo nos cerrados do Nordeste (Barreiras, Imperatriz, Balcãs, Uruçuí), com características semelhantes às outras regiões dos cerrados.

Embora as áreas industriais que estão sendo formadas na ampla região dos cerrados não tenham dimensão ou capacidade de alterar significativamente o padrão regional da indústria no Brasil, elas poderão contribuir para um melhor equilíbrio da rede urbano-industrial e para um melhor ordenamento do território brasileiro.

5. Os três movimentos simultâneos da produção agropecuária

A análise da dinâmica regional da produção agropecuária no Brasil indica pelo menos três grandes movimentos espaciais: deslocamento da produção agropecuária extensiva para a região dos cerrados; intensificação produtiva nas regiões mais desenvolvidas e; crescimento das áreas irrigadas do nordeste.

5.1. Expansão da produção extensiva nos cerrados

A expansão da produção agropecuária nos cerrados foi viabilizada pela adaptação tecnológica levada a cabo no Brasil pela EMBRAPA e pela pesquisa universitária, bem como pelo avanço da infraestrutura. Ela está sendo especializada em grãos, algodão e pecuária bovina. A produção brasileira dos

4.4 - Crescimento industrial nas regiões Centro-Oeste e Norte do país

Até recentemente, a região Norte possuía apenas dois centros industriais de algum destaque: Manaus e Belém. O distrito industrial de Manaus, foi constituído por decisões governamentais dentro de uma estratégia geopolítica de ocupação da Amazônia, baseado em um forte sistema de incentivos fiscais e especializado na produção de bens duráveis de consumo (predominantemente eletrônicos). Essa indústria cresceu de forma rápida nas décadas de 1970 e 1980 e entrou em crise com a abertura da economia promovida a partir de 1990 (Diniz e Santos, 1989). Mais recentemente, a mesma voltou a se reestruturar e ampliar.

No entanto, a indústria aí instalada só se sustenta pelo pesado sistema de incentivos fiscais, com previsão de término em 2013. No entanto, considerado o tamanho da cidade e do emprego industrial tudo indica que o governo federal será obrigado a manter o sistema de incentivos, sob pena de provocar um colapso econômico e social na cidade e na região.

Belém, pela distância geográfica dos demais grandes centros urbanos do país se transformou em base de serviços para uma ampla parcela do território brasileiro. Acabou gerando uma estrutura industrial diversificada, com ênfase na agroindústria, na indústria da madeira e em produtos de consumo para o mercado local e regional. Considerada a expansão econômica da região, e a crescente importância econômica e política da Amazônia, aquela cidade terá seu papel reforçado, inclusive seu parque industrial.

Além de Manaus e Belém, nos últimos anos, em função da seqüência de descoberta e exploração de recursos minerais, algumas áreas industriais estão sendo criadas, a maioria como enclaves, a exemplo de Carajás e Marabá (mineração e siderurgia), Paragominas e Barcarena (alumínio).

O caso do Centro Oeste, onde se desenvolve a agricultura de cerrados, a situação é mais complexa. A cidade de Goiânia, até então centro de serviços da agricultura da região, está se transformando e desenvolvendo uma estrutura industrial mais diversificada. Além da agroindústria, cabe notar o corredor que se

cinco principais grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) multiplicou-se por 3,6 vezes em 3 décadas, subindo da média anual de 25 milhões de toneladas no triênio 1968/70 para 95 milhões de toneladas no triênio 2000/2002. Do ponto de vista relativo, a participação do Sul se estabilizou entre 46% e 47% do total nacional, a do Sudeste caiu de 31% para 14%, e a nordestina de 12% para 7%. Em contrapartida, a participação do Centro-Oeste subiu de 11% para 30% no mesmo período, (Tabela 6).

Esta dinâmica atinge também os cerrados nordestinos (Bahia, Piauí e Maranhão), onde a produção de soja vem se expandindo de forma significativa, o que poderá alterar a posição relativa do Nordeste. A cultura dos cerrados nordestinos possui características produtivas semelhantes às demais regiões de cerrados, com a vantagem de proximidade da ferrovia Carajás-São Luiz e do respectivo porto, com menores custos de transporte e de custos portuários.

De forma semelhante, nos últimos anos foi introduzida e está sendo expandida a produção de algodão no estado do Mato Grosso. Além do crescimento quantitativo, a adaptação tecnológica e climática tem permitido produzir algodão de excelente qualidade. Está também sendo introduzida a experiência inédita de produção de algodão colorido, graças ao avanço das pesquisas da unidade da EMBRAPA de Campina Grande (Pb).

A produção brasileira de algodão herbáceo em caroço, que havia sido atingida pela praga do bicudo, tanto no Nordeste quanto nos estados da região Centro-Sul, cresceu de 1,783 milhões de toneladas para 2,166 milhões de t entre 1990 e 2002, subindo a participação do Mato Grosso 3% para 53% do total nacional e a de Goiás de 3% para 14%, enquanto a participação de São Paulo caiu de 27% para 7% e a do Paraná de 48% para 4%.

De forma paralela, a fronteira pecuária também vem se deslocando na direção centro-oeste e norte do país. O rebanho bovino cresceu de 79 para 185 milhões de cabeças, entre 1970 e 2002. Nesse período, as participações do Centro-Oeste e do Norte no total nacional subiram de 22% para 35%, e de 2% para 16%, respectivamente, enquanto a nordestina caiu de 18% para 13%, e a do sudeste de 34% para 21%. As melhorias genéticas, de controle sanitário e de

manejo pecuário no Brasil têm colocado o país em posição privilegiada em termos de atender o próprio mercado interno e de vantagens competitivas no mercado internacional, inclusive com a possibilidade de expansão da produção do chamado “boi verde”.

Tabela 6

Brasil: Distribuição do Valor da Produção e Pessoal Ocupado na Agropecuária, da Produção de Grãos e do Efetivo de Bovinos, por Grandes Regiões e Estados

Regiões / Estados	Valor Prod. Agrop.		Prod. Grãos		Efet. Bovinos		Pessoal Ocupado	
	1970	1996	1968/70	2000/2002	1970	2002	1970	1996
Rondônia	0,2	0,7	0,1	0,5	0,0	4,3	0,0	1,7
Acre	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	1,0	0,4	0,5
Amazonas	1,0	0,8	0,0	0,1	0,3	0,5	1,6	2,0
Roraima	0,1	0,1	0,0	0,1	0,3	0,2	0,0	0,2
Pará	1,4	2,1	0,5	1,0	1,3	6,6	3,1	4,9
Amapá	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1
Tocantins (1)	---	0,7	---	0,7	---	3,8	---	1,1
Norte	3,1	4,9	0,7	2,5	2,2	16,4	5,3	10,5
Maranhão	2,1	1,5	3,8	1,7	1,9	2,6	6,7	7,4
Piauí	0,8	0,7	0,8	0,5	1,5	1,0	3,0	3,7
Ceará	1,9	1,9	2,1	0,8	2,2	1,2	5,8	6,5
Rio Grande do Norte	0,7	0,7	0,4	0,1	0,8	0,5	1,8	1,9
Paraíba	1,4	1,0	1,0	0,1	1,1	0,5	3,3	2,7
Pernambuco	3,2	2,6	1,4	0,2	1,5	0,9	6,4	5,4
Alagoas	1,5	1,4	0,4	0,1	0,6	0,4	2,4	2,4
Sergipe	0,7	0,6	0,2	0,1	0,8	0,5	1,5	1,7
Bahia	6,1	4,4	2,1	3,3	7,2	5,3	12,1	14,0
Nordeste	18,3	14,7	12,3	7,0	17,6	12,9	43,0	45,8
Minas Gerais	12,0	13,4	14,1	7,3	19,3	11,1	11,3	11,2
Espírito Santo	1,8	2,3	1,5	0,2	1,8	0,9	1,7	2,0
Rio de Janeiro (2)	2,6	1,3	0,8	0,0	1,5	1,1	1,5	1,0
São Paulo	20,8	17,6	14,2	6,1	11,6	7,4	8,1	5,1
Sudeste	37,3	34,6	30,6	13,7	34,2	20,5	22,5	19,2
Paraná	12,3	11,6	17,7	22,7	6,0	5,4	11,3	7,2
Santa Catarina	4,9	6,8	5,5	5,7	2,5	1,7	4,3	4,0
Rio Grande do Sul	16,6	12,9	22,4	18,6	15,7	7,8	8,2	7,7
Sul	33,8	31,4	45,6	47,0	24,1	14,9	23,8	18,9
Mato Grosso do Sul (3)	---	4,6	---	5,3	---	12,5	---	1,1
Mato Grosso	3,2	4,2	2,9	14,7	12,0	12,0	2,1	1,8
Goiás	4,2	5,4	7,9	9,6	9,9	10,8	3,1	2,6
Distrito Federal	0,1	0,3	---	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1
Centro-Oeste	7,5	14,4	10,8	29,9	22,0	35,4	5,3	5,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Volume Físico*	---	---	25060	90539	78562	185347	17582	17931

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários 1970 e 1995 / 1996 e Previsão de safras

(*) - Produção de grãos em mil toneladas, efetivo bovino em mil cabeças e pessoal ocupado em mil pessoas.

(1) - Em 1970 os dados estão somados aos do Estado de Goiás

(2) - Inclui dados do antigo Estado da Guanabara

(3) - Em 1970 os dados estão somados aos do Estado do Mato Grosso

Esse movimento indica o afastamento da produção agrícola extensiva e mecanizada para as regiões de menor preço da terra e adequadas para agricultura mecanizada, viabilizada pelas transformações tecnológicas que possibilitaram a incorporação produtiva dos cerrados a partir da década de 1970 e pela intencionalidade da política econômica em termos de construção da infraestrutura e barateamento da formação de capital através dos incentivos governamentais. Isso fica evidente quando se compara a participação na produção de grãos com a participação no valor da produção agropecuária e no emprego. O Centro-Oeste participava no triênio 2000/2002 com 30% da produção de grãos, com 14% do valor da produção agropecuária, e com apenas 6% do pessoal ocupado. Em contraste, São Paulo participava com 18% do valor da produção agropecuária, 6% da produção de grãos, 5% do pessoal ocupado. Em ambos os casos, trata-se de agriculturas modernas, capitalizadas e mercantis, estando a diferença na estrutura da produção.. Em sentido oposto, caracterizando atraso do setor agropecuário, o Nordeste participava com 15% do valor da produção agropecuária, 7% da produção de grãos e 46% do pessoal ocupado.

O deslocamento da produção agropecuária tem várias implicações econômicas, sociais e ambientais. A expansão da produção em padrões modernos e em regiões de baixa densidade demográfica, exerce um forte efeito econômico sobre as atividades urbanas, pela demanda de insumos, máquinas e equipamentos, serviços bancários e comerciais etc. Por sua vez, a oferta de bens agrícolas como insumo à produção industrial abre a possibilidade da localização industrial de vários projetos de processamento da produção agrícola. O efeito renda, decorrente da expansão da produção e do emprego se traduz em demanda generalizada de bens e serviços (habitação, escola, comércio, lazer etc.). Esse conjunto de efeitos exerce poder multiplicador e expansivo das atividades urbanas regionais, como fica demonstrado e caracterizado no crescimento das cidades inseridas nas regiões de produção agrícola moderna e expansiva.

O que se conclui é que a expansão produtiva das regiões Centro Oeste e Norte do país vem atraindo migrantes originários do Nordeste, atenuando a pressão sobre as grandes áreas metropolitanas, especialmente São Paulo e Rio

1970 e 2002, a participação de Minas Gerais na produção nacional de café subiu de 27% para 49%.⁶ No caso do leite, a participação de Minas Gerais já era expressiva, tendo sido de 28% do total nacional em 2002, parcela significativa voltada para abastecer os mercados das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo.

5.3. A agricultura irrigada do Nordeste semi-árido

No caso do Nordeste, embora tenha ocorrido queda de sua participação no valor da produção agropecuária brasileira nas últimas décadas, dois fenômenos indicam possibilidades de atenuar ou reverter essa queda: expansão da produção de grãos na faixa ocidental nordestina (cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão), anteriormente analisada, e; os projetos de irrigação em regiões semi-áridas.

No que se refere aos projetos de irrigação cabe destacar o vale do Rio São Francisco, nos estados da Bahia e Pernambuco, a região de Mossoró-Açu, no Rio Grande do Norte, o Vale do Rio Acaraú no Ceará e o Vale do Rio Parnaíba no Piauí. Nesses projetos de irrigação vêm sendo desenvolvidos os plantios de frutas (uva, manga, mamão, melão, banana, melancia), com produção contínua ao longo do ano (facilitada pelo clima seco e quente). Esta alternativa tem permitido o abastecimento regular do mercado brasileiro, anteriormente sujeita às ofertas sazonais, além de crescente expansão de exportações. Ela tem exercido grande efeito na geração de renda e emprego nas respectivas regiões, com potencial para integração produtiva com a indústria e impacto sobre a demanda de serviços e o crescimento urbano.

A expansão produtiva nas áreas irrigadas tem sido o produto e ao mesmo tempo o estímulo para o avanço da pesquisa, cabendo destacar, uma vez mais, o papel da EMBRAPA.

⁶ A brutal queda dos preços do café e a entrada de novos produtores asiáticos (Vietnam) no mercado têm dificultado a expansão da lavoura, levando o setor a grave crise

de Janeiro, nas quais se agravam os problemas sociais e de desemprego. Por outro lado, a expansão acelerada da produção aumenta os riscos de degradação ambiental, pelo desmatamento descontrolado e muitas vezes clandestino, pela poluição das águas além dos efeitos do uso de agentes químicos sobre a flora e a fauna. Assim, por um lado, as fronteiras agropecuárias ampliam o potencial para a expansão econômica, para o processo de desconcentração regional e para a geração de emprego e renda, por outro, aumenta os riscos e a necessidade de cuidados e controle sobre o meio ambiente.

5.2. As transformações estruturais da agropecuária nas regiões consolidadas

No que se refere à expansão e às transformações estruturais da agropecuária nas regiões mais desenvolvidas, a queda da participação relativa do setor agropecuário foi compensada pela reestruturação produtiva do setor, com a queda da produção de grãos e aumento da produção de culturas mais intensivas. As alterações da estrutura da produção agrícola de São Paulo, com o crescimento da produção de cana de açúcar e laranja, além de horticultura e fruticultura, indicam uma reorientação para produtos de maior intensidade de valor por área. Isso fica evidente quando se compara a maior participação no valor da produção agropecuária, comparativamente à participação na produção de grãos, ao contrário das regiões Sul e Centro-Oeste (Tabela 6). O estado de São Paulo ampliou sua participação no valor da produção de cana de açúcar e laranja, de 40% para 58%, e de 47% para 80% , respectivamente, entre 1970 e 2002. Ampliou, também, sua participação na produção de legumes e hortaliças. Fenômeno semelhante tem ocorrido em Minas Gerais, Goiás e nos estados do Sul, na produção de legumes e hortaliças, frutas e leite. Esta produção, além de mais intensiva, por área, está também influenciada pela proximidade dos grandes mercados urbanos, caracterizando uma típica especialização regional segundo os anéis de especialização propostos por von Thunen. No caso de Minas Gerais, há que ressaltar a expansão da produção de café e leite. O café, por problemas climáticos no Paraná e São Paulo e sua adequação à região dos cerrados. Entre

6. O deslocamento da produção mineral: região Amazônica e petróleo no mar

Historicamente, como o próprio nome indica, a produção mineral estava predominantemente localizada no estado de Minas Gerais. Havia uma produção dispersa em todo o território nacional, mas voltada para atividades simples ou artesanais, principalmente para a produção de material para construção civil. As únicas exceções eram os bens energéticos (carvão em Santa Catarina e petróleo no Nordeste). Por volta de 1970 o estado de Minas Gerais participava com 46% do valor da produção mineral brasileira, seguido pelos demais estados da região Sudeste. Os outros estados com alguma importância eram Santa Catarina (carvão) e Rio Grande do Norte (petróleo).

Nas últimas décadas esta situação foi alterada, com a expansão de novas regiões produtoras de minerais metálicos no norte do país, com predominância de ferro e alumínio no estado do Pará, e de petróleo na plataforma marítima do estado do Rio de Janeiro. Em 2000, a participação relativa de Minas Gerais havia caído para 13%, enquanto a do Rio de Janeiro subiu para 48% e a do Pará para 7%, seguidos pelo Rio Grande do Norte com 5% e a Bahia com 4,7% (Tabela 7).

Tanto a implantação e desenvolvimento do complexo mineração-ferrovia-porto de Carajás-São Luiz, quanto o sucesso tecnológico do descobrimento e exploração de petróleo em águas profundas, foi possível graças à competência e correta orientação estratégica de duas grandes empresas estatais brasileiras: a Cia. Vale do Doce e a Petrobrás. No entanto, a primeira, que vinha exercendo um papel de agente do desenvolvimento regional no Brasil foi privatizada, perdendo o Governo a capacidade de orientá-la para tais propósitos.

Embora a atividade mineradora tenha, em geral, caráter de enclave, a província mineral do Norte e o petróleo da Bacia de Campos estão promovendo rearticulação produtiva nos seus entornos. Carajás não só pela importância da atividade de exportadora como também pelo início de atividades de transformação com o parque siderúrgico não integrado que vem sendo instalado ao longo da linha ferroviária, com destaque para as regiões de Marabá e Açailândia e pelo

conjunto de atividades que vêm sendo implantadas junto ao próprio porto de São Luiz. A Bacia de Campos, que se estende no sentido do litoral capixaba, pela grande expansão na produção de petróleo, aproximando a produção brasileira da auto-suficiência, gerando externalidades regionais e contribuindo para a recuperação da economia fluminense.

Tabela 7
Brasil: distribuição do valor da produção mineral
por Estados e Grandes Regiões

	1970	2000
Rondônia	0,9	0,2
Acre	-	0,0
Amazonas	0,0	3,3
Roraima	-	0,0
Pará	0,1	7,1
Amapá	-	0,5
Tocantins	-	0,1
Norte	1,0	11,2
Maranhão	0,5	0,1
Piauí	0,1	0,1
Ceará	1,0	1,2
Rio Grande do Norte	5,6	5,0
Pernambuco	0,7	0,5
Paraíba	0,2	0,6
Alagoas	0,3	0,7
Sergipe	0,1	2,8
Bahia	2,4	4,7
Nordeste	10,9	15,6
Minas Gerais	45,9	13,4
Espirito Santo	5,1	1,2
Rio de Janeiro	7,7	48,2
São Paulo	12,2	4,0
Sudeste	70,9	66,7
Paraná	2,2	1,4
Santa Catarina	9,4	1,4
Rio Grande do Sul	3,7	0,9
Sul	15,3	3,6
Mato Grosso do Sul	-	0,2
Mato Grosso	-	0,2
Goiás	1,9	2,3
Distrito Federal	-	0,2
Centro-Oeste	1,9	2,9
Brasil	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Industrial, 1970.

DNPM. Anuário Mineral Brasileiro, 2001.

7. Alcances e limites das políticas de desenvolvimento regional recente e em implantação.

O Brasil possui uma abrangente e longa experiência de políticas de desenvolvimento regional. Esta foi consolidada após a II Guerra Mundial, com a criação de instituições e de instrumentos específicos para a promoção do desenvolvimento regional, além dos efeitos indiretos de políticas implícitas.

Nesse sentido, para a análise da experiência recente de planejamento regional no Brasil devem ser consideradas pelo menos três dimensões: Instituições e políticas explícitas criados após a II Guerra; resultados implícitos das políticas públicas e; Políticas atuais e novas proposições.

7.1. O pós II Guerra Mundial e o esforço de planejamento regional no Brasil

A busca de soluções para o problema das secas nordestinas e de controle da Amazônia levou o governo brasileiro à criação de várias instituições e instrumentos para apoiar o desenvolvimento destas regiões após a II Guerra Mundial. Para o nordeste foram criadas a CHESF, a CODEVASF, o BNB, o ETENE, o GTDN, culminando com a criação da SUDENE em 1959. Para a Amazônia, destaca-se a criação do Banco de Crédito da Amazônia (atual BASA), a SPVEA, posteriormente transformada na SUDAM e a SUFRAMA. Articulados às novas instituições foram estabelecidos os respectivos instrumentos, com destaque para os sistemas de crédito e de incentivos fiscais.

A primeira dessas duas regiões (Nordeste) era uma região de ocupação antiga, com pouco dinamismo, baixos níveis de desenvolvimento social e parcela do território em condições semi-áridas o que ampliava as dificuldades de grande parcela da população que vivia da agricultura. O investimento público na ampliação e melhoria da infra-estrutural e o sistema de incentivos fiscais ao capital privado promoveram a retomada de seu crescimento econômico e a melhoria dos indicadores sociais. Sua participação no PIB do país, que vinha caindo até 1970, foi revertida, havendo ampliação nas últimas três décadas (Tabela 1). Igualmente

sua taxa de analfabetismo, aqui usada como síntese do desenvolvimento social, foi reduzida significativamente.

Por outro lado, transformações estruturais estão propiciando a abertura de novas oportunidades, como o crescimento da indústria têxtil, vestuário, calçados e alimentos, a expansão agrícola na área dos cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão, o crescimento da produção de frutas nas áreas irrigadas e o desenvolvimento do turismo e dos serviços nas principais cidades, especialmente nas capitais.

Assim, em que pesem várias críticas, a atuação das instituições encarregadas do desenvolvimento do nordeste e o uso dos instrumentos de crédito e incentivos propiciaram a reversão do quadro de perda relativa da economia nordestina.

A região norte, ao contrário do nordeste, era relativamente pouco habitada, predominando o extrativismo. As atuações da SUDAM e da SUFRAMA, conjugadas com as fronteiras de expansão agropecuária e mineral, propiciaram o desenvolvimento de várias atividades na região norte, como comprova o desempenho econômico retratado pela participação no PIB constante da Tabela 1.

Apesar dos resultados positivos alcançados, tanto no nordeste quanto na Amazônia, em 2001 foram extintas a SUDENE e a SUDAM, mediante a alegação de que havia corrupção na atuação daquelas agências. Em seu lugar foram criadas a ADENE e a ADA, que na prática estão funcionando de forma precária.

7.2. as políticas implícitas e o desenvolvimento do Centro-Oeste

O fator de maior impacto para o desenvolvimento do Centro Oeste brasileiro foi a construção de Brasília. Esta se transformou no nódulo de integração física territorial, através da infra-estrutura de transportes, facilitando a integração dessa ampla região às demais parcelas do território brasileiro, aos grandes mercados e aos portos.

O desenvolvimento da infra-estrutura, especialmente transportes, e a adaptação tecnológica para a agricultura nas terras de cerrado transformaram o Centro-Oeste na grande fronteira agropecuária das últimas décadas. O crescimento absoluto e o aumento de participação relativa na produção agrícola e

pecuária comprovam os resultados desse processo. Como efeito do crescimento agropecuário houve grande impacto nas atividades urbanas, como retrata o crescimento das cidades e, inclusive com a montagem de várias indústrias em novos centros urbanos, surgidos ou dinamizados pela fronteira agrícola.

7.3. A reformulação das políticas regionais

No início do Governo Lula, foram lançadas as recriações da SUDENE e da SUDAM, pela presidência da república, cujos projetos encontram-se em tramitação no Congresso Nacional. Enquanto isto, o Ministério da Integração está em fase de formatação de uma nova política de desenvolvimento regional para o país. A proposta, em fase final de elaboração, parte da idéia central de que o planejamento regional deve ser visto dentro da perspectiva e como parte do planejamento nacional. Em segundo lugar está também explicito de que a política nacional de desenvolvimento regional deve ser estabelecida e operada em múltiplas escalas, em função da especificidade e da dimensão territorial de cada objetivo ou dos respectivos projetos.

Uma política de tal natureza exige um conjunto de requisitos. Em primeiro lugar, há que se recortar (ou regionalizar) o país, para efeitos de política regional. Essa regionalização esta condicionada pelas características econômicas, especialmente das forças e dos efeitos polarizadores e da rede de infra-estrutura e de cidades, pelos requisitos de preservação ambiental e pela necessidade de legitimidade da regionalização com as respectivas representações políticas de cada região. Em segundo lugar, a implementação de uma nova política nacional de desenvolvimento regional exige a reestruturação das fontes de financiamento, considerada a diversidade de fontes, a contradição entre algumas delas e a guerra fiscal praticada entre entes federados. Por fim, a implementação de uma nova política exige uma nova consertação institucional que estabeleça o papel e as formas de funcionamento das instituições federais, articule as diferentes instâncias de governo, estabeleça as formas de relacionamento e de sinergia entre as instituições públicas, as instituições privadas e da sociedade civil.

A grande dificuldade está, exatamente, na falta de um projeto nacional de desenvolvimento claro e explícito, ao qual poderia ser articulado o projeto nacional de desenvolvimento regional.

8. Conclusão: tendências e perspectivas do desenvolvimento regional brasileiro

Embora a economia brasileira esteja fortemente concentrada nas regiões sudeste e sul e, em especial, no estado de São Paulo, nas últimas décadas vêm ocorrendo mudanças significativas nessa distribuição. Em primeiro lugar pela relativa desconcentração da produção industrial, criando alternativas diferenciadas não só dentro das regiões sudeste e sul como também pela expansão da indústria nordestina e pela criação de vários núcleos industriais nas regiões centro oeste e norte do país. Em segundo lugar, pela significativa expansão da produção agrícola na ampla região dos cerrados e pelo desenvolvimento da agricultura irrigada na região nordeste. Em terceiro lugar pelo início do deslocamento espacial da população, pela rede urbana e pelo potencial de desconcentração existente para as regiões de baixa densidade populacional e grande dinâmica econômica.

Os resultados empíricos constantes deste trabalho comprovam a perda relativa da região sudeste no PIB, na produção industrial e agropecuária, embora tenha mantido sua participação na população. Ainda insuficientes, houve melhora nos indicadores sociais das regiões mais pobres. Cabe destacar que as mudanças regionais no Brasil são frutos das políticas públicas de construção de infraestrutura, de desenvolvimento regional e da pesquisa, como se analisou no item anterior.

Os resultados das políticas de desenvolvimento regional e da desconcentração produtiva podem também ser analisados através dos indicadores de convergência de renda absoluta e per capita entre as regiões brasileiras.

Vários autores analisaram o fenômeno, seus determinantes e sua persistência. Ferreira e Diniz (1995), analisando o período 1970-85 concluíram que entre os 25 estados brasileiros 16 tiveram convergência de renda, 6 tiveram

divergência e 3 mudaram de sinal. Entre os 6 estados que tiveram divergência 4 pioraram suas posições (Acre, Rondônia, Amapá e Pernambuco). Os três primeiros, de menor expressão econômica e populacional, sofreram o arrefecimento da fronteira. Pernambuco pela reconhecida perda de dinamismo e estagnação, conforme analisado em outras partes deste trabalho. Dois estados melhoram ainda mais suas já favoráveis posições (Distrito Federal e Rio Grande do Sul). 3 estados mudaram de sinal (Amazonas, Paraná e Santa Catarina), cuja melhora econômica tornou suas rendas per capita a superar a média nacional.

Tomados os sub-períodos o processo é ainda mais positivo, pois entre 1970 e 1975 o número de estados que convergiram suas rendas foi de 11, passando para 18 entre 1975 e 1980 e para 19 entre 1980 e 1985.

Do ponto de vista agregado, o cálculo do índice J (J=0 igualdade absoluta e J=1 desigualdade absoluta) para o Brasil este índice evoluiu de 0,21632 em 1970 para 0,12260 em 1985. Excluído o Nordeste o índice J cai de 0,12691 para 0,039647 no mesmo período.

A conclusão é de que está havendo uma significativa convergência das rendas per capita interestaduais e inter-regionais no Brasil, o que deverá ser complementado com a análise numérica para o período posterior a 1985.

Assim, a questão da distribuição de renda reduz sua importância inter-regional, mas mantém seu peso na distribuição interpessoal, demonstrando os efeitos das políticas regionais de desenvolvimento e a importância de medidas que possam alterar a distribuição interpessoal da renda.

SEGUNDA PARTE: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E PARA UM MELHOR ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

1. Inovação e desenvolvimento regional

Em uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, as vantagens comparativas estáticas ou ricardianas, baseadas em recursos naturais,

perdem importância e ganham destaque as vantagens construídas e criadas o esforço de busca e a luta competitiva, centrada no processo inovativo, vão depender de duas dimensões: a) da capacidade empresarial de promover pesquisa e desenvolvimento e identificar novos produtos ou processos, que assegurem o sucesso econômico (produtivo e comercial) da empresa e; b) da capacidade local de aprender, no sentido de se criar uma atmosfera de transformação e progresso para o aprendizado regional e coletivo (Florida, 1995; Aydalot and Keeble, 1988).

O processo de aprendizado é fortemente localizado, em função da forma que interagem pesquisa, experiência prática e ação, através dos processos de aprender fazendo, usando, interagindo e aprendendo (*learning by doing, learning by using, learning by interacting e learning by learning*), que sintetizam a economia do aprendizado (Cooke, 1998; Lundvall and Johnson, 1994).

Nessa perspectiva, as regiões ou localidades tornam-se pontos de criação de conhecimento e aprendizado, na era do capitalismo intensivo em conhecimento. Florida (1995) diz que “regiões devem adotar os princípios de criação de conhecimento e aprendizado contínuo; elas devem, com efeito, se tornar *regiões que aprendem*”. Para isto, as regiões devem se preparar para prover infra-estruturas específicas, que possam facilitar o fluxo de conhecimento, idéias e aprendizado e que, ao mesmo tempo, tenham capacidade de governança local.

Por outro lado, não se pode esperar que todas as regiões ou localidades gerem conhecimento de fronteira e se insiram na produção de bens de última geração tecnológica. Muitas regiões ou localidades continuarão especializadas na produção de bens tradicionais, inclusive de bens primários ou de serviços simples. Como mostram Johnson e Lundvall (2000), a economia do aprendizado não é necessariamente uma economia de alta tecnologia, mas “... é uma economia onde a habilidade para aprender é crucial para o sucesso econômico dos indivíduos, firmas, regiões e países. Aprendizado é uma atividade que se insere em todas as partes da economia, incluindo os setores tradicionais e de tecnologia simples. Países e regiões de baixo nível de renda são fortemente afetados pela economia

do aprendizado e, em algum sentido, necessitam da construção de competência ainda mais forte que as metrópoles. Economia do aprendizado é a economia baseada no conhecimento”. Além disso, ocorre certa divisão setorial ou regional no processo de aprendizado, com algumas regiões ou setores no comando do processo de inovação, constituindo-se em regiões ou setores inovadores. Em contrapartida, outras regiões ou setores simplesmente adaptam e adotam os novos conhecimentos (Oinas e Malecki, 1999; Pavitt, 1984).

No caso do Brasil, o conjunto de estudos e levantamentos sobre os arranjos e sistemas produtivos locais confirma que o país possui base produtiva e experiências acumuladas localmente, que as transformam em importante base para a articulação das políticas públicas e privadas. Essas deveriam partir da busca de mecanismos que permitissem fortalecer a articulação e a sinergia das empresas de cada localidade, coerentemente com as experiências de distritos industriais, 'clusters', incubadoras, parques tecnológicos e outras formas de organização dos sistemas regionais de inovação, que no Brasil vêm sendo predominantemente chamados de arranjos e sistemas produtivos locais (Cassiolato e Lastres 1999; Tironi, 2001).

Considerada a dimensão geográfica do território brasileiro, as diferenças naturais, as bases produtivas existentes e o potencial econômico de cada região ou localidade, um programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico do país deveria estabelecer diretrizes regionais a partir das características mencionadas, a exemplo da experiência da EMBRAPA.

A identificação das prioridades regionais deve estar baseada no conhecimento local acumulado ao nível de empresas ou organizações empresariais, universidades, fundações de pesquisa, órgãos governamentais. A seleção das prioridades poderia partir de seminários locais ou de uma proposta inicial, elaborada a partir do conhecimento empírico da região. Em um processo recorrente de avaliação, as prioridades poderiam ser alteradas ou enfatizadas, sendo que o próprio processo de pesquisas da região ajudará a defini-las ou redefini-las.

A grande tarefa é articular os instrumentos federais e estaduais com as instituições locais, seja com o sistema produtivo e empresarial, seja com as instituições públicas e civis de cada localidade. Essa tarefa exige um esforço permanente e passa pela criação ou fortalecimento de instâncias coordenadoras locais, nos moldes de agências locais de desenvolvimento, sindicatos, associações empresariais ou outras formas de coordenação local. Como cada localidade ou região possui características próprias, não há como sugerir ou implementar estruturas únicas e uniformes. O sucesso dessas iniciativas passa a depender da capacidade local de implementar tais estratégias.

2. Uma nova regionalização como base para análise e para a definição e implantação de políticas públicas

2.1. Transformações contemporâneas e as escalas territoriais

Entendido o espaço social como um produto social que está em permanente mutação, o espaço construído atua como agente na reconfiguração do novo espaço. A velocidade dessas transformações se diferencia ao longo da história, em função do próprio estágio de desenvolvimento econômico e social e, conseqüentemente, dos padrões produtivos, dos meios de transporte e comunicações, entre outros.

Considerando-se as transformações contemporâneas, relacionadas com o processo de globalização e a crescente mobilidade do capital, o que se verifica é o aumento da velocidade das mudanças territoriais, acentuando a contradição entre o capital imobilizado e o capital móvel. Por um lado, o processo de globalização tende a comprimir o espaço-tempo e anular o espaço físico, com a desincorporação das relações econômicas, sociais e políticas de suas condições locais-territoriais prévias. Por outro, a imobilidade decorrente da herança histórica e do capital imobilizado impede, contraria ou condiciona esse movimento.

A clássica divisão das escalas territoriais, simplificada e caracterizada como local, urbano, regional, nacional e internacional passa a se sobrepor e interpenetrar, com tendência ao enfraquecimento das escalas intermediárias e aumento da importância dos extremos: o global e o local. De um lado, a hiper-escala da circulação do capital e das informações e, de outro, a hipo-escala da localidade, onde se estabelecem as relações de produção, a complementaridade e a governança, o que levou à cunhagem do termo ‘glocalização’.

Uma outra contradição está relacionada com os movimentos de mobilidade do capital e do comércio e as formas fixas e imóveis da organização político-institucional-administrativa do território, em função da presença do Estado-Nação, dos Estados Federados, Regiões Metropolitanas, Cidades ou outras formas de divisão político-territorial historicamente estabelecidas.

Esses processos têm provocado substancial alteração nos padrões e na integração das escalas territoriais e do Estado, levando por um lado à ampliação das escalas institucionais e, por outro, à redução das escalas, com o reforço das organizações e instituições locais, a exemplo das agências locais de desenvolvimento, dos parques tecnológicos, dos arranjos produtivos locais, dos “clusters”, das incubadoras etc. Nesta perspectiva, ressurge o discurso acadêmico e a prática política da ação local na busca da construção econômica e social, redefinindo o lugar da localidade como locus da vida econômica e social e como base das vantagens comparativas. Cada localidade é individualidade no sentido de seus atributos naturais, econômicos, antropológicos, históricos, sociais e políticos. Há, portanto, conteúdo material e imaterial, não reproduzível ou copiável.

Ao lado do entendimento de que o desenvolvimento econômico e social é regionalmente desbalanceado, a tendência contemporânea é de reforço das localidades (micro-regiões, áreas metropolitanas, cidades) para se inserirem e enfrentarem a competição global. As atividades econômicas, em um mundo crescentemente integrado, buscam as localidades mais lucrativas, recriando o local e aumentando a competição regional, naquilo que Markusen (1995) chamou de “sticky place in slippery space”. A melhoria do sistema de comunicações e o acesso imediato à informação, por sua vez, deram origem a um fenômeno novo

que é a possibilidade da articulação do "local" com "global", sem a necessária mediação do nacional. Isso significa que, ao invés de homogeneização dos espaços econômicos nacionais, o processo de globalização pode aumentar as diferenças entre as regiões de um mesmo país, ampliando a competição entre as localidades. Diante dessas características, as clássicas políticas regionais voltadas para a promoção conjunta dos espaços intermediários ou dos meso-espaços, com vistas à equalização das condições de vida, são enfraquecidas. Em seu lugar, ressurge a combinação das políticas globais em combinação com o esforço e a implementação a nível local, ampliando o papel dos agentes e das instituições locais na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Um dos maiores problemas do planejamento e das políticas públicas no Brasil está relacionado com a grande dimensão geográfica e as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras. O recorte político-administrativo reforça estas dificuldades, seja quando se pensa na macrorregionalização anteriormente estabelecida para fins de planejamento e políticas públicas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), seja na divisão entre estados e municípios, sem falar nos problemas das aglomerações urbanas, compostas de diversos municípios. Além das dificuldades intrínsecas decorrentes dos desníveis de estoque de capital físico e social e das potencialidades, o sistema se move dentro de um ambiente de interesses econômicos, sociais e políticos conflitivos. À luz desta situação, torna-se necessário proceder a uma nova regionalização do país, em múltiplas escalas. Além de referência para as políticas regionais, a nova regionalização deveria servir de base para atuação do conjunto do setor público e para articulação com as atividades privadas e com as representações da sociedade civil.

Uma regionalização com tais propósitos deve partir de três critérios complementares e articulados: econômico, ambiental e político. O critério econômico deve ter como referência básica os efeitos de polarização exercidos pelas cidades, através do qual se definiriam os macropólos, mesopólos e micropólos, em torno dos quais se recortariam as macrorregiões, mesorregiões e microrregiões. Adicionalmente poderiam ser definidas as localidades, cujo marco

de referência é a possibilidade de comutação diária de pessoas por via terrestre. O segundo critério seria ambiental, que definisse os melhores recortes territoriais compatíveis com as características naturais, seu aproveitamento econômico e de preservação ambiental. Por fim, o terceiro critério seria o de representação política de cada região de forma a preservar a relação entre o recorte territorial e a identidade cultural e política de seus agentes e da população com as respectivas regiões.

A combinação desses três critérios é de grande dificuldade, mas ela é uma pré-condição para o sucesso do planejamento econômico, para a preservação ambiental e para a legitimidade política da atuação pública e da sociedade civil.

3. A integração nacional como imperativo para a coesão social

Repensar o desenvolvimento regional brasileiro implica em pensar um projeto de médio e longo prazo que tivesse como meta a redução das desigualdades regionais e sociais, um melhor ordenamento do território e uma visão de estratégia geopolítica que inclua nossa articulação com os países vizinhos.

Um projeto de tal natureza passa pela integração nacional, vista em quatro grandes dimensões, complementares e articuladas: Integração físico-territorial; integração econômica; integração social e; integração política.

A integração físico-territorial se baseia na construção da infra-estrutura física, especialmente transportes, energia e telecomunicações, e na rede de cidades.

Ainda que reconhecendo os avanços da integração ocorrida a partir do século XIX, o grande desafio e elemento central na estruturação da integração física do território brasileira está relacionado ao sistema de transportes e na rede de cidades. O traçado das novas vias de transporte (ferrovias, rodovias, vias de navegação, linhas aéreas) terão impacto decisivo sobre o sentido dos fluxos e sobre a integração da economia e da sociedade brasileiras, tendo papel determinante e decisivo sobre a forma e as características da articulação e da integração do espaço econômico e social do país. A rede de cidades e sua

capacidade de centralização articulam e comandam o espaço. A combinação de transportes e cidades será a base e o elemento decisivo para o desenvolvimento regional e para o ordenamento do território.

O segundo aspecto da integração é a integração econômica “stricto sensu”, entendida como a complementaridade inter-setorial e inter-regional das atividades produtivas. Esta integração permite e induz a criação de cadeias produtivas, reforçando as especializações regionais e potencializando o aproveitamento das vantagens comparativas de cada região e, ao mesmo tempo, aumentando a integração técnica e a solidariedade econômica entre setores, empresas e regiões.

O terceiro aspecto da integração, a integração social, é entendido como o processo de incorporação da grande parcela da população brasileira ao mercado e a padrões dignos de vida. Esta incorporação só se efetivará, de forma plena, caso esta parcela da população passe a ter acesso aos serviços sociais básicos (educação e saúde, principalmente), obtenha condições adequadas de moradia e tenha oportunidade de trabalho e emprego que lhe assegure um padrão de renda compatível com as necessidades básicas de consumo. Isto significaria, nos marcos de um sistema capitalista, em um processo de distribuição de renda que eliminasse a pobreza absoluta e assegurasse condições de ascensão social através do esforço individual.

Por fim, a integração política é a base para o reforço da solidariedade nacional e para a nacionalidade e para um projeto de Nação.

Dadas as grandes desigualdades regionais e sociais, o atual estágio do desenvolvimento brasileiro e os objetivos antes mencionados, não é possível pensar em um projeto de desenvolvimento econômico e social sem a forte presença do Estado, através das diferentes escalas ou esferas de Governo: Governo Federal, Governos Estaduais, Governos Municipais ou Locais. Embora reconhecendo o papel do Governo Federal como instância coordenadora e promotora do desenvolvimento nacional, a ação das diferentes esferas de governo deve ser feita de forma articulada e complementar.

4. Novas centralidades urbanas como instrumento de coesão nacional.

Um Projeto de Nação, que combine crescimento econômico com inclusão social, deveria estar baseado em um processo de coesão econômica e social, para o qual a reconfiguração da rede urbana e a criação de novas centralidades urbanas têm papel central.

Em contraste com a alta concentração populacional nas metrópoles da faixa atlântica, a criação de novas centralidades nas regiões de menor densidade populacional poderia cumprir dois papéis centrais. Em primeiro lugar serviriam de centros de produção industrial e que além de seu próprio crescimento serviriam como suporte ao desenvolvimento econômico de seus entornos. Em segundo lugar, serviriam para reorientar os fluxos migratórios e frear o crescimento demográfico das grandes metrópoles, contribuindo para uma melhor distribuição produtiva e populacional no país.

Essas novas centralidades deveriam ser selecionadas em função das forças do mercado, identificadas pelo potencial da expansão produtiva (agrícola, industrial, mineral, de serviços), e da intencionalidade política em termos de ordenamento do território, redução das desigualdades regionais, preservação ambiental e interesses de geopolítica e de soberania.

Um projeto de tal natureza passa pela integração nacional, vista em quatro grandes dimensões, complementares e articuladas: Integração físico-territorial; integração econômica; integração social e; integração política.

Do ponto de vista da Integração físico-territorial, os elementos centrais para esse tipo de integração é o desenvolvimento da infra-estrutura, especialmente transportes e a distribuição da rede urbana, o que implica na criação de novas centralidades urbanas, a exemplo dos papéis cumpridos por Brasília, Goiânia, e Palmas.

Para o fortalecimento das novas centralidades, dois elementos se destacam: os sistemas de transportes inter-regional e intra-regional e; a concentração de equipamentos urbanos.

5. Repactuação institucional e o sistema de financiamento

A implementação de uma nova política de desenvolvimento regional dentro dos marcos de crescimento econômico com redução das desigualdades regionais e inclusão social pressupõe uma repactuação institucional. Essa repactuação deveria partir de uma redefinição do arranjo institucional do governo federal que combine uma coordenação das diretrizes de política nos marcos de um projeto nacional, com a descentralização das operações, articulação com as instâncias sub-nacionais (estados, municípios etc.) e mobilização do sistema empresarial e da sociedade civil. Este último aspecto se fundamenta na idéia de que os agentes e a sociedade local melhor conhecem suas potencialidades e desafios e, portanto, devem ter papel de destaque na formulação e implementação das políticas.

Ao lado do arranjo institucional e como peça central na implementação das políticas está o sistema de financiamento que também deveria compatibilizar a contribuição das diferentes instâncias de governo e da iniciativa privada.

Do ponto de vista do governo federal, as várias fontes de financiamento deveriam ser centralizadas em um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com prioridades e alocações definidas pelo Congresso Nacional..

Bibliografia

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Nordeste que nordestes** in, *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- AYDALOT, Ph. and KEEBLE, D. eds. **High Technology Industry and Innovative Environment. The European Experience**, London, Routledge, 1988
- BERGMAN, E. M.; MAIER G. e TODTLING F. **Regions reconsidered: economic networks, innovation and local development in industrialized countries**. Mousel: London, 1991.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, 1977.
- CASSIOLATO, J.E e LASTRES, H.M.M. **Globalização & inovação localizada**, Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- CASTRO, A. B. A industrialização descentralizada no Brasil. In: **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Forense: Rio de Janeiro, 1975.
- CASTRO, A. B. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- COMIM, A.; et al.** Estratégias de Desenvolvimento Econômico para a Área Central do Município de São Paulo. **São Paulo, CEBRAP, 2002 (mimeo)**
- COOKE, Philip. Introduction: origins of the concept. In: BRACZYK, Hans-Joachim, COOKE, Philip, HEIDENREICH, Martin (ed.). **Regional Innovation Systems**. London: UCL Press, 1998. p 2-25
- DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-19450)**. Difel: São Paulo, 1971
- DINIZ, C. C. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. **Texto para discussão**, no. 375. IPEA: Brasília, 1995.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. In: **Revista Nova Economia**. V. 3, n. 1, Belo Horizonte, 1993.
- DINIZ, C. C. Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: início de desconcentração, risco de reconcentração. **Tese de professor titular**. UFMG, 1991
- DINIZ, C. C. e CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. In: **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, julho 1996.
- DINIZ, C.C. e BASQUES, M.F.D., **A industrialização nordestina recente e suas perspectivas**, Fortaleza, Editora BNB, no prelo.
- .DINIZ, C.C. e SANTOS, F.B.T. *Manaus: Vulnerability in a Satellite Platform*, in In: MARKUSEN, A., LEE, Y. S., DIGIOVANNA, S. (ed.). **Second tier cities: rapid growth beyond the metropolis**. London: University of Minnesota Press, 1999. P 97-126.
- DINIZ, Clélio Campolina. (2000a) A nova geografia econômica do Brasil. in: VELLOSO, J. P. R. (coord.). **Brasil 500 anos: futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000
- _____ and RAZAVI, M. São José dos Campos and Campinas: state-anchored dynamos. In: MARKUSEN, A., LEE, Y. S., DIGIOVANNA, S. (ed.). **Second tier cities: rapid growth beyond the metropolis**. London: University of Minnesota Press, 1999. P 97-126.

- _____ e GONÇALVES, E. Possibilidades e tendência locacional da indústria do conhecimento no Brasil In: **XXVIII Encontro Nacional de Economia**, Anais da ANPEC. Campinas: ANPEC, 2000.
- FLORIDA, Richard. Toward the learning region, **Futures**, vol. 27, f.5, p.527-36, 1995
- FREEMAN, Christopher. New technology and catching up. **The European Journal of Development Research**, Vol. 1, nº 1, June 1989, p 85-89.
- FUJITA, Masahisa, KRUGMAN, Paul, VENABLES, Anthony J.. **The spatial economy: cities, regions, and international trade**. Massachusetts: The MIT Press, 1999
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Editora Nacional: São Paulo, 1964.
- HARRISON, Bennet. **Industrial districts: Old wine in new bottles**, regional studies. V. 26-5, 1992.
- ISARD, Walter. **Location and space economy**. MIT: Cambridge, 1956.
- KEEBLE, et al. **Collection learning theories and inter-firm networking in innovative high technology regions**. Cambridge, 1998.
- LUNDVALL, Bengt-Ake and JOHNSON, B. The learning economy, **Journal of industrial studies**, 1,2, pp 23-42, 1994
- MELLO, J.M.C. **Capitalismo tardio**. Brasiliense: São Paulo, 1982
- OINAS, Paive and MALECKI, Edward. Spatial Innovation Systems, in E. Malecki and P. Oinas, **Making Connections, Technological learning and regional economic change**, Aldershot, Ashgate, 1999
- PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory, **Research Policy**, 13, 6, pp. 343-373, 1984
- PIORE, M. e SABEL, C. **The second industrial divide: possibility**. Basic Books: New York, 1984.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Brasiliense, 1963.
- PRADO, Eleutério F. S. **Estrutura tecnológica e desenvolvimento regional**. FPE: São Paulo, 1981.
- REBOUÇAS, Osmundo Evangelista et. alli. *Desenvolvimento do Nordeste: diagnóstico e sugestões de políticas*. REN v 10 n 2 abril/junho de 1979.
- REZENDE, F. e LIMA, R. (org.). **Rio-São Paulo Cidades Mundiais – Desafios e oportunidades**. Brasília, IPEA, 1999.
- ROSA, A. L et al. **A indústria têxtil cearense: um estudo sobre competitividade**. Fortaleza: FIEC, 1994.
- SILVA, Sérgio. **A expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil**. Alfa-Omega: São Paulo, 1978.
- SIMONSEN, Roberto. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**, São Paulo, Editora Nacional, 1973
- SINGER, Paul.. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Editora Nacional, 1977
- TINOCO, A. Das economias de aglomeração às externalidades dinâmicas de conhecimento: por uma releitura de São Paulo' in: **Anais do X Encontro da ANPUR**, Belo Horizonte, 2003.

TOLOSA, H. C. 'The Rio/São Paulo Extended Metropolitan Region: a quest for global integration' in: **Paper Presented at the Conference on "The impact of Globalization on Urban Development"**, Bellgio, Italy, August, 2002.

WEBER, A. **Theory of location of industries**. University of Chicago: Chicago, 1929.

